

APROVADA POR
UNANIMIDADE

A FAVOR:

PSD – 59

PS – 26

CH – 6

CDS – 3

IL – 1

TB – 1

L – 1

IND – 21

O PRESIDENTE DA AMB

Fernando Santos Pereira

ATA

DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

BARCELOS

SESSÃO DE 2026/04/17
(2.ª REUNIÃO – 2026/04/18)

ATA NÚMERO SEIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

-----Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas dez horas, a Assembleia Municipal de Barcelos, para a realização da segunda reunião referente à sessão ordinária de dezassete de abril de dois mil e vinte e seis, que foi interrompida por iniciativa do senhor presidente da Assembleia Municipal, em virtude de se ter ultrapassado as três horas regimentais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias/União de Freguesias;-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação do Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação do Município de Barcelos;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa aos encargos plurianuais resultantes do contrato Interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridades de Transportes entre a CIM do Cávado e os respetivos municípios;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a aprovação da minuta da escritura pública de compra e venda retificada, para aquisição do prédio urbano sito no Largo Guilherme Gomes Fernandes, números setenta e sete a cento e sete, inscrito na matriz predial da freguesia de Barcelinhos com o artigo quinhentos e setenta e seis, descrito no registo predial sob o número trezentos e sessenta e sete da referida freguesia;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Rio Covo Santa Eugénia e respetiva



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2

alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário cento e trinta/dois mil e vinte e cinco IPEDI);-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Cristelo e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário cento e nove/dois mil e vinte e cinco IPEDI);-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Pousa e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário cento e sessenta e nove/dois mil e vinte e quatro LEGED);---

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de cem metros quadrados, para posterior alienação, sita na Rua de Igreja, freguesia de Manhente;-----

-----Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição dos júris de recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de primeiro grau de Diretor de Departamento de Educação, Saúde e Ação Social e dos cargos de direção intermédia de terceiro grau de Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Gestão de Carreiras e Remunerações, Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Arquivo Municipal e Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Gestão e Manutenção de Equipamentos Desportivos a prover na autarquia;-----

-----Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à renovação de isenção de IMI, por mais cinco anos, à requerente Solares na Cidade – Sociedade de Investimentos e Gestão Imobiliária, Lda., para o prédio (fração A) situado na Rua Dom João Garcia de Guilhade/Largo do Apoio,



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3

número vinte e dois, na Freguesia de Barcelos;-----

-----Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à renovação de isenção de IMI, por mais cinco anos, ao requerente André Filipe Carvalho Dias, para o prédio (fração G) situado no Campo Vinte e Cinco de Abril, número quatrocentos e cinquenta e oito, primeiro esquerdo, na Freguesia de Barcelos;-----

-----Ponto quinze – Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativa à atualização do Inventário do Património Municipal;-----

-----Ponto dezasseis – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.-----

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandra Daniela Peixoto Barbosa, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Ana Cristina Ferreira Morgado, Ana Filipa Marques Figueiredo Ferreira, Ana Luísa Santos Ferreira, Andreia Sofia Oliveira Pina, Ângela Flávia da Silva Sousa, António Augusto Martins de Carvalho, António Fernandes Jardim, António Jorge da Silva Ribeiro, António Manuel Carvalho Reis, António Manuel Faria da Costa, António Pedro Neves da Costa Pereira, António da Silva Ferreira, Aurélio Miranda Machado, Bárbara Regina Barbosa Marques, Berta Maria de Magalhães Pereira da Costa, Bruno Filipe Carvalho Araújo, Carlos Alberto Cibrão de Vasconcelos, Carlos Alberto Mandim Gomes, Carlos Alberto Vasconcelos Vinagre, Carlos Miguel da Silva Dantas, Cátia Alexandra Matos Silvestre da Costa, Célia Mariana Amorim Garrido, Cristiana Carneiro Faria, Cristina Maria da Silva Miranda, David José Falcão Torres, Diogo André Barbosa Fernandes, Domingos Alberto Meneses da Costa, Elsa Joana Carvalho Coutinho, Félix Falcão de Araújo, Fernando Gonçalo Brito Faria, Fernando Jorge Ramos Lima,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4

Fernando Santos Pereira, Filipe Faria Silva Rosa, Filipe Manuel Maciel Mendes, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gonçalo Jorge Barbosa Pereira, Gonçalo José Vilas Boas Gomes, Gonçalo Miguel Faria Santos, Hugo José de Sousa Ferreira, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Isabel Catarina Silva Costa, Isaías da Silva Macedo Gomes, João José Longras Maciel, Joana Patrícia de Sousa Teixeira, João Paulo da Costa Araújo, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Coelho Miranda, Jorge Manuel Martins Fernandes, Jorge Oliveira Araújo, José António Machado Batista, José António Passadiço Serra, José Augusto Sousa Vilas Boas, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Carlos da Silva Brito, José Ilídio da Silva Torres, José Luís Dias Pereira, José Manuel Padrão Ferreira, José Manuel Pereira Martins, José Neiva Dias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Carina Barreiro Faria, Liliana Marlene Moreira da Silva, Luís Miguel Fernandes Figueiredo, Luís Miguel Ferreira Rosa, Luís Miguel da Silva Pereira, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Martins Cardoso, Manuel Maria Beninger Simões Correia, Manuel Oliveira Gomes, Marco Paulo Ferreira Linhares, Margarida Maria Figueiredo Ferreira, Maria Arminda Silva Cruz, Maria Isabel Araújo Abreu Gonçalves, Maria José Correia Simões, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Nélson Henrique Rodrigues Ferraz, Patrícia Sofia Pereira Vilas Boas, Paulo Alexandre Silva Selão, Paulo César Carvalho Batista, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Paulo José da Costa Lima, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Roberto Alexandre Martins Bogas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Alves Correia, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Manuel Faria Silva Ferreira, Rui Manuel Novais Miranda, Rui Pedro da Silva Oliveira, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sara Cristina Rebelo



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5

Magalhães, Sérgio Paulo Martins Pereira, Sofia Raquel Duarte Pereira, Susana Maria da Silva Oliveira, Susana Patrícia Ferreira Barbosa, Tânia Cristina Macedo Ferreira, Teresa Maria Carvalho Figueiredo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo da Silva Dias, Vítor Hugo Miranda Faria.-----

-----Faltaram os seguintes membros:-----

-----Abel da Silva Sá, Anselmo Miranda Vasconcelos, Armando Ricardo Pereira Costa, Avelino Gomes de Carvalho, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Edite Maria Barreto Arantes, Francisco António Albuquerque Torres, Francisco Senra da Silva, Hugo Miguel de Araújo Cardoso, Jorge César Fernandes da Silva, José Cardoso Rodrigues, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Manuel Albino da Silva Oliveira, Manuel Joaquim Gomes de Sousa Martins Machado, Ricardo Barroso da Silva, Tânia Isabel Vilaça Lopes, Vera Patrícia Araújo Martins e Vítor Filipe Monteiro Fonseca.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito bom dia a todos.-----

-----Declaro aberta a segunda reunião da sessão pública ordinária do dia dezassete de abril de dois mil e vinte seis, hoje são dezoito, e vamos retomar precisamente no ponto da ordem de trabalhos em que nos encontrávamos.-----

-----Vamos passar para o ponto quatro, que é: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniões de Freguesias.-----

-----Pedia inscrições para este ponto, se faz favor!-----

-----Senhor deputado independente Paulo Esteves, tenha a bondade.-----

DEPUTADO INDEPENDENTE – Paulo Esteves – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos e demais Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Fui presidente da junta durante três mandatos, fui vogal e atualmente



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6

presidente da Assembleia de Freguesia.-----

-----E por inerência ou eleito diretamente para esta Assembleia e por isso confere maior legitimidade para falar da relação entre a Câmara Municipal e juntas das freguesias, nomeadamente neste modelo de gestão.-----

-----Não vou aqui dissecar quem deu mais ou menos, quem recebeu X e devia ter recebido o Y, e a parecer tratar-se de uma competição desportiva qualquer.--

-----Mas o que eu gostaria de falar é sobre o nível da relação institucional do senhor Presidente da Câmara com as juntas de freguesia nestes dois mandatos, estamos a falar de um modelo de gestão diferente.-----

-----Isto ninguém pode desmentir! E conto com a experiência de trabalhar com três executivos municipais.-----

-----E o que podemos observar é uma distribuição equitativa distribuída por todas as Freguesias com base no Fundo de Financiamento de Freguesias e depois a atribuição/comparticipação financeiras para obras de investimento diverso, já mais alguma vez alcançado.-----

-----Por exemplo, no programa Novos Caminhos: se uma freguesia ainda tem caminhos em terra batida, este programa só poderá atribuir participação para estes investimentos.-----

-----É isto que é ser solidário e fazer boa gestão. Nem todas as freguesias estão no mesmo patamar de desenvolvimento, por isso sou totalmente solidário com esta gestão relacional com as freguesias e tivesse eu no meu tempo este modelo de gestão.-----

-----Por isso, mesmo e para aqueles descrentes e dos arautos da desgraça, o valor atribuído às juntas freguesia e uniões de freguesias no ano de dois mil e vinte e cinco foi dezoito ponto cinco milhões de euros, dos quais quinze ponto oito milhões de euros pagos. Significa que ainda transitou para dois mil e vinte e seis uma verba de dois ponto sete milhões de euros por falta de execução em



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7

dois mil e vinte e cinco.-----

-----Portanto, esta minha intervenção é feita por dever democrático e em valorizar a política e os políticos nem sempre reconhecidos pelas funções que desempenham, independentemente do cargo que exercem.-----

-----Por tudo quanto disse, votarei favoravelmente o ponto quatro da ordem do dia, em sintonia com a coligação Barcelos Mais Futuro.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Luís Rosa, da Iniciativa Liberal.---

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses presentes nesta sala e a acompanhar-nos nas redes sociais.-----

-----A proposta em análise merece uma avaliação ponderada. A iniciativa liberal reconhece a importância da descentralização de recursos para as freguesias enquanto forma de aproximar as decisões das populações e de valorizar o conhecimento local.-----

-----É positivo que o modelo apresentado inclua critérios de distribuição, introduzindo maior previsibilidade e transparência. No entanto, a existência de critérios não é suficiente por si só. O ponto essencial está em perceber se esses critérios promovem uma utilização eficiente de recursos orientada para resultados concretos.-----

-----Num concelho com sessenta e cinco freguesias, importa evitar que a fragmentação conduza à dispersão excessiva de meios disponíveis. Quando os recursos são demasiado diluídos, o impacto das políticas públicas tende a diminuir, comprometendo a sua eficácia.-----

-----Para a Iniciativa Liberal, descentralizar não é apenas redistribuir verbas, é criar melhores condições de governação. E isso implica garantir que os recursos

são alocados com base em necessidades reais e que exista uma cultura de avaliação capaz de medir o impacto das decisões tomadas.-----

-----Aliás, importa sublinhar que nem sempre é o volume de financiamento que determina os resultados. Muitas vezes a diferença está na forma como se mobilizam as populações e se utilizam os meios disponíveis.-----

-----Peço desculpa às restantes juntas de freguesia por destacar apenas um exemplo, por ser este exemplo muito recente, pois tenho a certeza que vários acontecem no nosso concelho.-----

-----A Junta de Freguesia de Carapeços promoveu, por exemplo, uma ação de limpeza no parque de merendas, situado nesta freguesia, mobilizando voluntários da comunidade. Sem depender de grandes recursos financeiros, pois é possível melhorar o espaço público, reforçar o espírito de ajuda e envolver a comunidade local. Conclusão, o dinheiro que eventualmente poderia ali ser gasto, vai ser alocado para outros projetos.-----

-----Descentralizar é, portanto, aproximar decisões, mas também reforçar a responsabilidade na gestão dos recursos. Num contexto de elevada dispersão territorial, o critério decisivo deve ser sempre ter em foco servir a população.-----

-----A proximidade tem valor político social, não só é útil quando é acompanhada de rigor, eficiência e foco.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE.-----

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, Excelentíssimos Colegas Deputados e Público aqui presente.-----

-----O ponto que discutimos hoje, atribuição de competências financeiras às freguesias, é obviamente relevante para nós na coesão territorial e para a



concretização das políticas de proximidade que o LIVRE acredita.-----

-----No entanto, não podemos deixar de enquadrar esta proposta à luz daquilo que foi deliberado recentemente nesta Assembleia. Já em fevereiro, no âmbito deste ponto, foi também aprovada uma proposta com objeto semelhante, envolvendo várias freguesias e intervenções concretas.-----

-----Hoje regressamos com uma nova proposta, embora inclua intervenções distintas, voltamos a abranger algumas das mesmas freguesias. Obviamente que esta situação levanta algumas questões essenciais de gestão pública. Estamos perante um planeamento integrado e transparente? Ou perante uma lógica de decisões, digamos, parcelares e apresentadas de forma faseada?-----

-----Do ponto de vista técnico, obviamente que a boa gestão dos recursos públicos exige, obviamente, esta previsibilidade e critérios de priorização dos investimentos. Portanto, as nossas perguntas aqui vão no sentido de perceber qual é o enquadramento global destas participações, qual é o critério que presidem à seleção das freguesias e das intervenções e qual a forma que estas propostas se articulam com as decisões anteriormente aprovadas.-----

-----Obviamente que para nós uma gestão pública transparente orientada para o interesse coletivo, exige mais do que boas intervenções pontuais, um método, exige critério, exige que as coisas sejam feitas a longo termo.-----

-----Mas a questão de fundo é que temos de acabar com esta política, no nosso entender, de mão estendida, que tem sido uma constante dos executivos do PSD e do PS, e novamente com o LIVRE, os investimentos das freguesias serão proporcionais às necessidades, aos anseios das populações e também proporcionais àquilo que são os investimentos na cidade, que ainda são muito desproporcionais.-----

-----Continuamos a ser um concelho de costas viradas para as freguesias e juntas de freguesia, que de forma muitas vezes altruísta, ingloria e heroica



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10

desesperam por falta de investimentos e por incapacidade financeira e por autonomia.-----

-----A verdadeira regionalização será quando as freguesias tiverem autonomia de investimentos e autonomia financeira.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Filipe Oliveira do Partido Social Democrata.-----

DEPUTADO DO PSD – Filipe Oliveira – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Caras Deputadas e Deputados, Comunicação Social, Público presente e quem nos assiste, muito bom dia.-----

-----Existe pontos que são recorrentes, a atribuição de comparticipações financeiras às freguesias e uniões de freguesia é um exemplo claro disto.-----

-----As juntas de freguesia assumem cada vez mais um papel fundamental no desenvolvimento do concelho de Barcelos. As freguesias são o motor do desenvolvimento de qualquer concelho. Verificamos que o atual executivo municipal prima pela legitimidade, clareza, equidade e transparência pelo reconhecimento e valor do peso da Assembleia Municipal de Barcelos e um respeito claro pelos princípios democráticos.-----

-----O financiamento através de subsídios para as Freguesias permite às mesmas planear, cabimentar e o mais importante, permite corrigir algumas lacunas existentes no nosso concelho. Pois tivemos um período de governação socialista escuro que muitas freguesias não receberam qualquer tipo de verba.--

-----Hoje, nesta Assembleia Municipal verificamos que quarenta por cento das freguesias e uniões de freguesia têm uma verba atribuída. Neste momento posso



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11

dizer que cerca de cinquenta por cento das freguesias já têm verbas atribuídas e começou ainda agora o seu mandato.-----

-----O mais significativo é que perto de metade das freguesias socialistas já tem verbas atribuídas. Isto é um equilíbrio que no passado não existiu com as nossas.-

-----Mais uma vez, o mandato ainda agora começou. Não posso deixar de focar que estamos cientes que serão necessárias pavimentações de estradas estruturantes no nosso concelho, reabilitação de escolas, unidades de saúde familiar.-----

-----Como parceiros do município, agradecemos claramente a sua audácia nesses projetos.-----

-----Mais uma vez, enquanto presidente de junta e membro desta Assembleia, reitero que o caminho certo e correto para a governação é sempre o caminho do cumprimento da legitimidade, legalidade e transparência destes subsídios.-----

-----Nós que somos o rosto e a ponte entre o executivo e a população, não podemos deixar de referir que as freguesias são o pulmão deste concelho.-----

-----Agradeço o facto de cumprir o que está vertido na lei e dar o peso devido à Assembleia.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS.-----

DEPUTADO DO CDS – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Senhor Presidente de Câmara e demais Vereação, Senhores Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----A presente proposta, bem como todas as de idêntico conteúdo anteriormente aqui votadas, bem como todas as que se seguirão, mais não é do que o cumprimento de uma obrigação legal, imposta ao executivo, com a entrada em vigor do Decreto-Lei cinquenta e sete barra dois mil e dezanove.-----

-----A última palavra em matéria de transferência de recursos para as freguesias e uniões de freguesias cabe a esta casa, à Assembleia Municipal de Barcelos.-----

-----Após a proposta de transferência de recursos ser apreciada em reunião da Câmara, é solicitada a sua apreciação e aprovação a esta Assembleia.-----

-----Assim, as comparticipações financeiras às freguesias e uniões de freguesias passam a estar sujeitas a uma dupla aprovação:-----

-----À aprovação da Câmara Municipal e depois a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Tal vem permitir um melhor escrutínio sobre a “bondade” das comparticipações, papel esse que esta Assembleia tem desempenhado na sua plenitude.-----

-----O CDS reconhece a bondade da presente proposta, de comparticipação financeira às vinte e seis freguesias e uniões de freguesia, elencadas nesta proposta.-----

-----Votaremos favoravelmente.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Senhor deputado Vítor Hugo Faria, pode usar agora da palavra pelo Partido Socialista.-----

DEPUTADO DO PS – Vítor Hugo Faria – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, a quem nos assiste à distância, muito bom dia.-----

-----Na nossa última sessão, o Partido Socialista levantou aqui uma questão sobre a discricionariedade que resultava de uma análise das transferências efetuadas no mandato anterior.-----



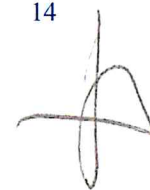
-----A disparidade dos valores transferidos para as freguesias em razão da cor política do executivo foi evidente e tinha sido evidente naquele período, e por isso, é que aqui foi levantado.-----

-----Apesar disso, gostava também de dar aqui uma nota, ouvimos hoje aqui deputados levantarem questões sobre a disparidade também verificada em mandatos anteriores do Partido Socialista. É muito estranho quando o mesmo responsável por essas transferências também faz parte hoje desta coligação, mas, pronto, vamos avançar relativamente a essa matéria.-----

-----Na altura, a nossa análise dizia que o rácio do valor transferido por habitante era mais do dobro quando comparado entre juntas do PSD e PS ao longo do mandato anterior. E agora estamos cá também, como soubemos reconhecer que entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco tínhamos a disparidade que nós evidenciamos na nossa última reunião, temos que olhar agora para estas transferências e de facto concluímos que há um equilíbrio nas transferências a transferir em dois mil e vinte e seis. E sim, este é o papel do Partido Socialista: alertar e contribuir para uma oposição construtiva para a promoção da coesão territorial do nosso concelho, em que nenhum barcelense, mais velho ou mais jovem, fique prejudicado; que nenhuma freguesia, independentemente da cor política da sua junta, fica para trás. É esse o grande objetivo do Partido Socialista.-----

-----No entanto, quanto a este ponto, relativamente às transferências em concreto que estão nesta deliberação, gostaríamos só de compreender exatamente uma delas: é efetuada uma transferência para a união de freguesias Chavão e Negreiros, a qual se destina ao Museu Etnográfico de Chavão. Temos só uma dúvida que é, este museu não integrava a EMEC? Qual a razão desta transferência direta para a junta?-----

-----Esta é uma pergunta que deixamos ao executivo para nos responder.-----



-----E por fim, importa dar nota que o PS continua aqui a identificar as situações que não considera justificadas, que não desistimos naturalmente do ranking que aqui alguém hoje também já fez referência, e que estaremos cá sempre ao longo deste mandato para elucidar das questões que nós achamos que devem ser tratadas nesta sede.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Para encerrar o debate, tem a palavra o senhor Presidente da Câmara.----

PRESIDENTE DA CÂMARA - Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Caras e Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Público que resiste aqui a assistir-nos e quem assiste à distância.-----

-----Naturalmente que é sempre um motivo de satisfação ter estas parcerias com as juntas freguesia, que têm sido parceiros decisivos para construirmos e desenvolvermos Barcelos.-----

-----O senhor deputado Luís Rosa falou naquela boa atitude da Junta de Carapeços de envolver as populações, mas posso afiançar-lhe, porque já vi, que em todas as freguesias existe essa forma de colaboração. Não é por acaso que mais de vinte equipamentos desportivos de enrelvamento de campos de futebol ao longo do nosso concelho foram conseguidos em parceria tríplice: o apoio da Câmara Municipal; o apoio e o envolvimento das juntas de freguesia; e o envolvimento das populações. É assim que se constrói uma sociedade. E é assim que as juntas de freguesia têm trabalhado. E quando nós fazemos transferências para as juntas de freguesia sabemos bem que um euro investido pela junta de freguesia vale muito mais, porque conseguem com voluntários, com a participação e envolvimento das populações, ainda ir mais além do investimento



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

15

que nós conseguimos atribuir. E isso tem um efeito multiplicador muito importante e muito interessante. Daí que esta parceria é para se manter e é para acontecer.-----

-----Não há chapéu na mão nem mão estendida, senhor deputado. Pelo contrário, a Lei das Finanças Públicas, e aí estou solidário consigo, devia atender de uma forma diferente os territórios e as juntas de freguesia e os municípios. Eu também não considero que estou de mão estendida quando vou ao Estado solicitar apoio para o fecho da Circular Urbana, para as passagens de nível, para a construção de novo hospital. Não é estender, é a explicar as necessidades e criar condições para que possa haver esse investimento. Isso não é de mão estendida.-

-----As juntas de freguesia devem ter e deviam ter, e há muitos anos que não têm um acréscimo nas participações da Lei das Finanças Locais. Estamos juntos nessa luta, que devem ter mais verba.-----

-----Por isso é que, a Câmara de Barcelos, basta comparar, eu estive, e é insuspeito: a Câmara de Sintra tem um orçamento muito superior ao nosso, tinham em saldo bancário mais de trezentos milhões de euros. A atribuição para a juntas de freguesia de subsídios era igual ao nosso. Para termos a verdadeira dimensão do compromisso que nós assumimos com a Juntas de Freguesia e como os elegemos como parceiros fundamentais.-----

-----E desafio os senhores deputados a verem à volta, nos municípios do Quadrilátero quem atribui esta parceria ou tem esta atitude de parceria com as juntas de freguesia como Barcelos tem, e estou completamente à vontade para isso. Façam esse estudo comparado e depois digam da vossa justiça.-----

-----Relativamente à pergunta concreta do senhor deputado Vítor Hugo Faria, a EMEC tem a gestão, o edifício é da Câmara Municipal, e, portanto, sendo eles inquilinos e nós senhorios, seremos nós a executar a obra, através e em parceria com a junta de freguesia.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

16

-----Como eu disse há pouco, nós conseguimos, através das parcerias com as juntas de freguesia fazer mais obra, com menos dinheiro, porque existe efetivamente essa capacidade das juntas de freguesia envolverem as populações e dessa forma retirarem também benefícios para o erário público, o que é importante para nós.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor presidente, muito obrigado.-----

-----Vamos então votar a proposta da Câmara para a concessão atribuição de participações financeiras às freguesias e uniões de freguesias.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém).-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém).-----

-----Portanto, a proposta está aprovada por unanimidade. (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis CH, dois CDS/PP, um IL, um TB, um L e dezanove IND.).-

-----Vamos passar ao ponto seguinte ordem de trabalhos, que é o ponto cinco: discussão e votação do Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação no Município de Barcelos.-----

-----Inscrições para este ponto!-----

-----Senhor deputado António Ribeiro, do CDS-PP, tenha a bondade.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – António Ribeiro - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Barcelenses.-----

-----O grupo municipal do CDS vota favoravelmente o regulamento de atribuição e gestão da habitação do Município de Barcelos, reconhecendo o seu contributo para uma resposta mais estruturada a um dos maiores desafios do



nosso tempo: o acesso à habitação.-----

-----Desde logo, importa sublinhar que este regulamento vem colmatar uma lacuna há muito sentida, permitindo regular de forma clara o regime de arrendamento apoiado e regular situações pendentes no parque habitacional existente.-----

-----Trata-se de um instrumento relevante e, em muitos aspetos, equilibrado. Reforça a capacidade do município de intervir de forma organizada, com regras mais claras, critérios definidos, maior transparência nos processos de atribuição.-

-----Destacamos a proteção dos agregados mais vulneráveis, através de mecanismos ajustados ao rendimento, mas também a aposta em soluções inovadoras, como o arrendamento acessível, que responde às dificuldades crescentes das famílias de rendimentos médios.-----

-----Valorizamos igualmente a articulação com o setor privado, nomeadamente através de modelos de subarrendamento, que podem contribuir para aumentar a oferta sem depender exclusivamente de nova construção pública.-----

-----Este regulamento ganha ainda maior relevância no atual contexto de reforço do parque habitacional municipal. A curto prazo serão entregues trinta e seis habitações em S. Veríssimo, e, finalmente ao fim de muitos anos, aposta-se na habitação pública, perspetivando-se a disponibilização de cerca de trezentas habitações públicas, no âmbito, entre outros, do programa primeiro direito.-----

-----Trata-se de um investimento com impacto significativo na resposta às necessidades das famílias.-----

-----Ainda assim, não deixamos de assinalar algumas reservas.-----

-----A complexidade do modelo exige uma elevada capacidade de gestão, sendo fundamental garantir que o município consegue assumir, com eficácia, o papel de intermediário, evitando riscos operacionais, financeiros e jurídicos.-----

-----Por outro lado, mecanismos como o sorteio devem ser avaliados de forma contínua, para assegurar que a igualdade de oportunidades não prejudique a justa consideração das situações de maior necessidade.-----

-----Por fim, sublinhamos que este regulamento deve ser entendido como instrumento dinâmico, sujeito à monitorização e ajustamento em função da sua aplicação prática.-----

-----O CDS defende uma política de habitação equilibrada: socialmente justa, mas também financeiramente responsável; que proteja quem mais precisa, sem substituir indevidamente o mercado.-----

-----Este regulamento vai, no essencial, na direção certa. É um passo positivo e necessário para Barcelos, que deve ser acompanhado com exigência, sentido crítico e compromisso com a sua eficácia.-----

-----Por isso, nosso voto é favorável.-----

-----Muito obrigado.-----

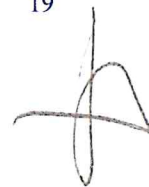
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Tem a palavra a senhor deputado Luís Rosa da Iniciativa Liberal.-----

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses.-----

-----A Iniciativa Liberal começa por reconhecer a relevância do tema que hoje discutimos. A habitação é um dos grandes desafios do nosso tempo e todas as iniciativas que procurem responder a esta realidade merecem a nossa atenção e sentido de responsabilidade.-----

-----Ainda assim, há um aspeto que importa salientar: este regulamento não registou contributos durante o período de discussão pública. Não está em causa o trabalho desenvolvido, mas sim a necessidade de garantir processos mais colaborativos, sobretudo em matérias com impacto direto da vida das pessoas.--



-----Mais do que indiciar desinteresse, esta ausência deve levar-nos a refletir sobre a forma como estes processos são divulgados. A participação não acontece por acaso, pois exige a proximidade e incentivo através de uma divulgação contínua nos canais digitais institucionais ou nos meios de comunicação tradicionais ou em fóruns, tal como se fez, por exemplo, para o plano da mobilidade.-----

-----Para a Iniciativa Liberal, este é um ponto a melhorar no futuro. Cujas transparência e o envolvimento dos Barcelenses são fundamentais para reforçar a confiança nas decisões públicas e políticas, particularmente numa área tão sensível como a habitação.-----

-----Dito isto, e reconhecendo a importância de avançar com medidas concretas, a Iniciativa Liberal votará favoravelmente este regulamento, mantendo total disponibilidade para contribuir para o seu aperfeiçoamento no futuro.-----

-----Fica, no entanto, a expectativa de que, daqui em diante os processos de discussão pública de qualquer plano ou processo que a Lei assim o obrigue sejam mais dinâmicos e mais mobilizadores.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Tem a agora a palavra a senhora deputada Rosa Macedo do Partido Social Democrata.-----

DEPUTADA DO PSD – Rosa Macedo – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras Presidentes e Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público que aqui nos assiste via web, a todos muito bom dia.-----

-----Começo pelos factos.-----

-----Em dois mil e vinte e quatro, cento e sete pessoas deixaram de dormir na rua em Barcelos.-----

-----Mais do que em Lisboa, mais do que no Porto. Barcelos foi o concelho do país onde mais vidas saíram da situação de sem-abrigo. E durante vários meses de dois mil e vinte e cinco, houve dias em que, no nosso concelho ninguém dormiu ao relento.-----

-----Isto não foi obra de um partido. Foi o trabalho do Grupo da Ação Social Cristã, do Instituto da Habitação, da Segurança Social, das equipas do SAAS e do Barcelos d'Abrigo. Foi o trabalho de técnicos que não votam connosco nem contra nós. Servem Barcelos. E é esses que esta Câmara deve o primeiro agradecimento.-----

-----Mas reconhecer o que está feito não é fingir que está tudo feito. Não está. Trinta e seis pessoas continuam sem casa. Cento e duas vivem em risco. Centenas de famílias esperam uma resposta. E é por isto - exatamente por isto - que este regulamento é urgente.-----

-----Traz três garantias. Três:-----

-----Primeira: ninguém fica de fora. Dois regimes - apoiado e acessível - cobrem desde quem não tem nada até à família trabalhadora que o mercado expulsou. Não há zona cinzenta, não há família esquecida.-----

-----Segunda: a renda é sempre justa. Vinte e três por cento no máximo do rendimento corrigido. Descontos automáticos por dependente, por deficiência, por idoso, por monoparentalidade. Não há arbítrio, há aritmética da dignidade.--

-----Terceira: Barcelos escolhe o futuro. Captamos casais jovens. Fixamos famílias com crianças. Mobilizamos stock privado com benefícios fiscais que retornam em rendas acessíveis. Num país com cento e noventa e dois idosos por cada cem jovens, este concelho decide rejuvenescer.-----

-----Este regulamento não encerra o problema. Abre-o ao escrutínio. Toma



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

21

cada decisão auditável, cada renda calculada, cada atribuição pública. Quem está na oposição terá o direito - e o dever - de verificar se cumprimos. Contamos com isso.-----

-----Por isso, peço o voto desta Assembleia. Não em nome de um partido, em nome daquelas três centenas que ainda esperam. Em nome dos que já saíram da rua e precisam que não voltem.-----

-----Porque a habitação digna não é bandeira. É fronteira da dignidade humana.-----

-----E essa fronteira, em Barcelos, avança.-----

-----Assim, a bancada parlamentar do PSD irá votar favoravelmente ao projeto aqui em discussão.-----

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhora deputada, muito obrigada.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado independente João Paulo Ferreira.-----

DEPUTADO IND – José Paulo Ferreira – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos e demais Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Neste ponto da ordem do dia, discutimos e votaremos o Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão da Habitação do Município de Barcelos.-----

-----É um instrumento muito importante a merecer uma atenção ponderada sobre uma matéria sensível, estruturante para a comunidade barcelense de menores recursos, quando falamos de problema habitacional.-----

-----Por isso e desde logo, está de parabéns este executivo municipal por trazer a debate e votação um regulamento que a breve prazo será aplicado por força da construção em fase adiantada de projetos de construção de habitação no âmbito do primeiro direito, mas que vai muito para além deste programa.-----É



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

22

um regulamento que trará para as famílias mais carenciadas mais um instrumento de apoio numa área em que tem tido um acompanhamento e preocupação deste executivo.-----

-----Os critérios plasmados neste projeto de regulamento parecem corresponder às reais situações de cada necessidade, em múltiplas tipologias de apoio a uma habitação condigna dos barcelenses, como o regime de Arrendamento Apoiado já em execução desde há muitos anos.-----

-----Este projeto do regulamento alarga o leque de atribuição de apoios para além dos critérios necessários para a atribuição de habitação, através da Estratégia Local de Habitação, já elaborada e aprovada pelo município.-----

-----Assim, em face tudo o que disse, voto favoravelmente a presente proposta em sintonia com os demais parceiros da coligação PSD, CDS, BTF.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Senhor deputado José Rosa do Todos Barcelos tem a palavra, faz favor.----

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara, restante de Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, bom dia. É estranho darmos bom dia nesta casa, mas hoje calhou assim.-----

-----A minha intervenção é mesmo para sinalizar e focar a importância do tema em discussão.-----

-----Quando falamos hoje de habitação em Portugal, já não falamos de um problema distante ou abstrato. Falamos de uma realidade muito concreta, Barcelos é um bom exemplo disso. Nos últimos anos, o concelho assistiu a um aumento significativo dos valores das rendas, ao mesmo tempo que a oferta de habitação acessível não aumentou muito significativamente.-----

-----Segundo a própria Estratégia Local de Habitação aprovada por esta casa,



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

23

existem em Barcelos dezenas de agregados já identificados a viver em condições habitacionais indignas, sem uma solução estável à vista. Mas o problema não se fica por aí. Cada vez mais famílias com trabalho e rendimento regular deixaram de conseguir acompanhar o mercado de arrendamento. Pessoas que trabalham em Barcelos, mas que já ponderam sair do concelho porque simplesmente não conseguem pagar uma renda.-----

-----Ao mesmo tempo, sabemos que existe um parque habitacional limitado e que a resposta pública tem sido, muitas vezes, mais lenta do que a urgência das situações. É precisamente por isso que este regulamento é necessário. Não resolve o problema da falta de casas, é verdade, mas cria regras claras sobre quem pode aceder, em que condições e com que critérios. E isso faz toda a diferença.-----

-----Sem este regulamento, o município não consegue executar plenamente os programas de habitação em curso, nem aproveitar os financiamentos disponíveis, nomeadamente no âmbito do PRR. Mais grave ainda: sem regras, as decisões ficam mais frágeis, menos previsíveis e menos justas.-----

-----A habitação é hoje um dos principais fatores de exclusão social. Em Barcelos, como no resto do país, impede jovens de fixarem vida, fragiliza famílias e cria um sentimento de insegurança permanente. Este regulamento é por isso um passo essencial e decisivo para que o município possa agir com eficácia, transparência e responsabilidade.-----

-----Por isso, votarei favoravelmente este ponto e acrescentarei declaração de voto escrita.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra a senhora deputada Isabel Costa do Partido Socialista.-----

DEPUTADA DO PS – Isabel Costa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

24

Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Barcelenses, bom dia.-----

-----Em relação à matéria de habitação, o Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação do Município é realmente um instrumento necessário para garantir o acesso dos munícipes a uma habitação condigna, por via da atribuição dos fogos habitacionais inseridos no âmbito do primeiro direito, regulando assim os contratos de arrendamento.-----

-----As preocupações nesta matéria são hoje mais evidentes do que nunca, perante o grave flagelo habitacional que afeta tantas famílias e compromete a dignidade de milhares de cidadãos.-----

-----Neste momento particularmente simbólico, que assinalamos os cinquenta anos da Constituição da República Portuguesa, importa recordar que o direito à habitação está nela consagrada como um direito fundamental. Por isso, mais de que conhecer o problema, exige-se hoje uma resposta real e séria.-----

-----No início do ano, o Partido Socialista questionou o senhor Presidente nesta Câmara sobre as candidaturas efetuadas no âmbito do primeiro direito financiado por fundos do PRR. Das noventa candidaturas submetidas, apenas vinte e seis tinham sido aprovadas, e das quais apenas vinte estavam a ser executadas.-----

-----Sabemos hoje que muitas das candidaturas submetidas até então, a março de dois mil e vinte e quatro, acabaram por não ser aprovadas por o IHRU pela submissão tardia destas candidaturas por parte dos municípios, o que fez com que a dotação orçamental se esgotasse.-----

-----Senhor Presidente, foi esta a realidade do concelho de Barcelos? E se não foi, qual é a justificação para que apenas setenta por cento das candidaturas tenham sido efetivamente aprovadas pelo IHRU?-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

25

-----Não acredito que os técnicos do município tenham submetido mal as candidaturas e, portanto, acho que é importante esclarecermos estes setenta por cento.-----

-----Há barcelenses que investiram o seu escasso dinheiro para cumprimento dos requisitos na submissão da candidatura e dois anos volvidos, porque já passamos o março de dois mil e vinte e seis, repare-se, continuam na ausência de respostas e na incerteza de ter uma habitação digna.-----

-----Em março de dois mil e vinte cinco foi aprovado, em Conselho de Ministros um novo mecanismo para a atribuição de novas habitações, por via do Regime Especial do primeiro direito, que tem a sua atuação limitada pelo Estado central a cerca de sessenta por cento do financiamento. Pergunto-lhe também então senhor presidente, se está o Município de Barcelos disponível e capaz de se financiar nos restantes quarenta por cento?-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhora deputada, muito obrigada.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Jorge Araújo do LIVRE.-----

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Muito obrigado, Senhor Presidente. Permita-me que cumprimente todos aqui presentes na sua pessoa.-----

-----O ponto que aqui discutimos, o Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação é sem dúvida relevante e necessário, surge num contexto de grave crise habitacional, por mais evidente, com rendas incomportáveis e com uma oferta claramente insuficiente relativamente aquilo que é a realidade do concelho de Barcelos.-----

-----É por isso positivo que o município procure obviamente criar mecanismos e instrumentos para colocar o parque habitacional público ao serviço de quem mais precisa. Este regulamento pode de facto ativar essa pressão sobre muitas famílias, pode aligeirar, desculpe, essa pressão que vivem realmente em



dificuldade, em precariedade.-----

-----No entanto, não podemos ignorar algumas fragilidades importantes. Desde logo, neste regulamento, trata-se, acho, no nosso entender, um regulamento pouco ambicioso na sua capacidade de resposta. Limita essencialmente enquadrar regras de acesso e de seriação, sem garantir um aumento significativo da oferta pública de habitação. Ou seja, organiza a escassez, mas não a resolve. Isso sabemos nós.-----

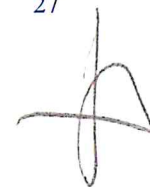
-----Em segundo lugar, as questões de justiça social e de segurança jurídica que merecem atenção, que vou aqui elencar.-----

-----Por exemplo, a reapreciação de contratos atualmente existentes pode colocar famílias em risco de exclusão, sem que esteja claro como serão protegidas. É importante também relatar isso. Isso é particularmente preocupante num contexto já de si vulnerável.-----

-----Do ponto de vista dos direitos fundamentais, preocupa-nos, por exemplo, a redação relativa aos consumos de substâncias, que não está alinhada com o enquadramento legal português em matéria de discriminação e que é outro ponto crítico e prende-se com a possibilidade de cessação do apoio por recusa também do acompanhamento social.-----

-----No caso das substâncias, é importante também perceber que podemos estar a penalizar injustamente pessoas em situação de dependência acompanhada.-----

-----Este regulamento é um passo, é verdade. Mas é apenas isso, é um passo. Falta uma estratégia mais robusta, no nosso entender, que passe no reforço efetivo do parque público, na promoção de soluções inovadoras e correspondam aquilo que são as necessidades reais da habitação, nós continuamos muito a falar em habitação social, eu percebo, nós temos que começar a falar em habitação pública.-----



-----Eu volto a referir nestes segundos que tenho que Barcelos, mais de um terço da população de Barcelos ganha o ordenado mínimo. E hoje em dia é incompatível com o ordenado mínimo pensar em comprar uma casa e também muitas vezes arrendar uma casa que seja adequada e digna aquilo que são as necessidades de muitas famílias.-----

-----Portanto, volto a repetir a esta Câmara que é importante, isto para nós é sempre um fator de preocupação, deve ser para todos os eleitos quando falamos em habitação pública, e temos de alterar este paradigma da habitação social que já devia estar resolvida há muitos anos e finalmente tentar cumprir a Constituição que garante, ou deveria garantir habitação digna para todos os cidadãos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, Senhor Presidente. Em si, renovo os cumprimentos a toda a Assembleia.-----

-----Este regulamento é um regulamento importante, é uma fase mais avançada para a concretização do projeto que temos para a renda apoiada e para a renda acessível para dar a oportunidade de habitação digna a todos os barcelenses.-----

-----Como aqui já foi dito pelo senhor deputado António Ribeiro, são mais de trezentas habitações previstas para as duas modalidades: renda apoiada, (primeiro direito) e renda acessível. E este regulamento, e é isso que estamos aqui a tratar, vem clarificar com transparência, com rigor, com exigência, mas também com oportunidade para todos os Barcelenses poderem candidatar-se e depois poderem também usufruir dessas habitações.-----

-----Como disse, e bem, a senhora deputada Rosa Macedo, Barcelos foi distinguido. E aqui não é o mérito da Câmara Municipal, o único mérito da Câmara



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

28

Municipal foi apoiar as instituições que no terreno trabalham com essa população. E eu aqui e não posso deixar de lamentar, uma vez mais, o voto contra do Partido Socialista no voto de louvor que nós propusemos para as equipas técnicas e instituições que trabalham na proximidade, no apoio a famílias ou a sem abrigo que não tinham teto. Portanto, a sensibilidade social é isto: ter atenção, ter gratidão, ter reconhecimento.-----

-----A senhora deputada do Partido Socialista, Ana Isabel, colocou um conjunto de questões que importa esclarecer. Disse de uma forma até muito sarcástica que será que os técnicos da Câmara introduziram mal as candidaturas? Será que a Câmara não meteu a tempo as candidaturas?-----

-----Olhe, senhora deputada, a Câmara meteu a tempo em março de dois mil e vinte e quatro, só que acontece que o Partido Socialista, na altura, no Governo, pôs, como teto vinte e seis mil habitações. E não quero adjetivar de uma forma demasiado cáustica, mas quando chegamos ao concurso, ou melhor, às candidaturas, aquilo já estava entregue, porque havia efetivamente em cinco municípios do nosso país (Lisboa, Sintra, Oeiras, Almada e Setúbal) já direcionado aquelas vinte e seis mil habitações. O que quer dizer que todos os outros ficaram de fora, sem financiamento, e não porque não entregaram em tempo, e não porque estavam bem propostas as candidaturas, apenas e só porque só havia vinte e seis mil.-----

-----Como compreenderá, o município estava à espera, até porque tinha uma estratégia local que tinha sido aprovada, de poder financiar-se em cerca de trinta e cinco milhões de euros. Naturalmente que não podíamos sequer orçamentar ou avançar com obras se não tivéssemos a garantia de que havia esse envelope financeiro.-----

-----Em junho há eleições, entretanto muda o Governo, e em junho somos confrontados com uma situação de que o Governo iria estudar a possibilidade de



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29

duplicar, essas vinte e seis mil casas, passando para cinquenta e duas mil habitações e nesse sentido as candidaturas poderiam ser aproveitadas, e assim aconteceu.-----

-----E felizmente também o Governo lançou uma portaria em setembro de dois mil e vinte e quatro em que dizia que nós podíamos efetivamente financiarmos, e nós tínhamos o cuidado de dizer e alertar que o tempo começava a ser diminuto, e então a portaria vem dizer com timings diferentes, com participações diferentes: até trinta e um de agosto de dois mil e vinte e seis seria a cem por cento de financiamento; se fosse a trinta e um de dezembro seriam oitenta de cinco por cento do financiamento; se fosse em dois mil e vinte e sete, seriam de setenta e cinco por cento até aos sessenta por cento.-----

-----Depois, em dois mil e vinte e cinco, como disse bem, houve uma outra diretiva em que é possível fazer as candidaturas com financiamento até sessenta por cento.-----

-----E depois, já em março deste ano, o vinte trinta, abriu a possibilidade de se fazer também umas candidaturas com oitenta e cinco por cento.-----

-----E a Câmara o que é que fez? Foi a todas, foi a todas as candidaturas, e temos neste momento um total trezentas e doze habitações que queremos candidatar nos diferentes programas.-----

-----No que diz respeito ao PRR, são oitenta e quatro e queremos concretizá-las.-----

-----No que diz respeito ao financiamento com sessenta por cento, temos cinquenta.-----

-----E temos mais cento e duas que financiamos ao vinte trinta.-----

-----Ou seja, a Câmara a todos os programas que pôde, foi e tentou avançar.--

-----Nestas do PRR não vamos conseguir por atrasos dos concursos, porque alguns ficaram desertos, tivemos que repetir, não vamos conseguir concluí-las no



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30

dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e seis. Mas usufruímos da prerrogativa da portaria que faz com que, se nós conseguirmos até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e seis, temos uma comparticipação de oitenta e cinco por cento. E se conseguirmos só em dois mil e vinte e sete será de setenta e cinco por cento, sem prejuízo de tentarmos que o diferencial seja possível ir recuperar no vinte trinta.-----

-----Portanto, estamos atentos, os nossos técnicos são diligentes e bem competentes e, portanto, não há qualquer tipo de risco.-----

-----Obrigado.-----

RESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor Presidente.-----

-----Então, vamos votar o Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação do Município de Barcelos!-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém).-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém).-----

-----Portanto, o projeto está aprovado por unanimidade (quarenta e oito PSD, trinta PS, seis CH, dois CDS/PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).-----

-----Vamos passar ao ponto seis: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa aos encargos plurianuais resultantes do Contrato Interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridades de Transportes entre a CIM do Cávado e os respetivos municípios.-----

-----Pedia inscrições então para este ponto!-----

-----Senhor deputado António Ribeiro, do grupo municipal de CDS-PP, tem a palavra.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – António Ribeiro – Senhor Presidente da Assembleia



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

31

Municipal, permita-me que em si renove os cumprimentos.-----

-----Hoje discutimos muito mais que um contrato - discutimos mobilidade, coesão territorial e qualidade de vida no concelho de Barcelos.-----

-----Os dados são claros: há um reforço significativo da rede de transportes públicos. Passamos de cinco para quinze linhas urbanas, um aumento de duzentos por cento e vemos também crescer o número de horários, especialmente nos transportes urbanos, que praticamente triplicam.-----

-----Isto traduz-se em algo muito concreto. Mais pessoas com acesso ao transporte público. Em dois mil e vinte oito, mais de noventa por cento da população estará a menos de quinhentos metros de uma paragem. E o transporte urbano, o crescimento é ainda mais expressivo - estamos a falar de um aumento superior a cinquenta por cento da população servida.-----

-----Este é um passo decisivo para aproximar Barcelos de um modelo de mobilidade mais moderno, mais inclusivo e mais sustentável. Um modelo que combate o isolamento, que facilita o acesso ao trabalho, à escola e aos serviços e que contribui para reduzir a dependência do transporte individual.-----

-----É verdade que há um aumento de custos. Mas há também um aumento muito claro da oferta, da cobertura e da qualidade do serviço. E isso é um investimento - não apenas financeiro, mas social e territorial.-----

-----Este contrato representa uma visão: a de um concelho mais ligado, mais acessível e mais preparado para o futuro.-----

-----O CDS estará sempre ao lado de soluções responsáveis que melhorem a vida das pessoas, promovam a coesão no território e garantam uso eficiente dos recursos públicos. É por isso que acompanhamos essa proposta.-----

-----Por isso, o nosso sentido de voto será favorável.-----

-----Muito obrigado.-----

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

32

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Luís Rosa, Iniciativa Liberal.-----

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Barcelenses.-----

-----Relativamente ao tema em debate, ele exige de todos nós uma reflexão séria e não apenas técnica, mas também política e estratégica, porque impacta diretamente a mobilidade, a liberdade de escolha e a eficiência da utilização dos recursos públicos.-----

-----É neste contexto que surgem algumas questões que gostaria de colocar ao senhor presidente da Câmara, Dr. Mário Constantino.-----

-----Desde logo, quantos autocarros estão previstos? Uma média, efetivamente previstos para operar no concelho de Barcelos. E de que forma este contrato incorpora a aposta na descarbonização, tendo em conta os compromissos europeus adiados para dois mil e trinta de transição climática e com e cujo objetivo é a economia sustentável e competitiva.-----

-----Está prevista por exemplo, uma canalização da substituição progressiva destes autocarros, destes veículos de combustão para autocarros elétricos ou de baixas emissões? Depois a questão da atratividade do sistema, não basta aumentar rotas ou quilómetros de serviço. O cidadão só opta pelo transporte público quando este é fiável, previsível e competitivo face ao automóvel.-----

-----Isto exige integração de horários em tempo real, aplicações de pagamento simples, como a bilhética unificada ou políticas de incentivo à sua utilização. Por último e não menos importante, este contrato está articulado com entidades menciona várias entidades que exploram este tipo de transportes. Ela está assegurada e articulada, por exemplo, com horários intermodais com outros serviços, como por exemplo, os Comboios de Portugal?-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

33

-----Para nós na Iniciativa Liberal, o objetivo deste contrato é ser claro, transformar a mobilidade em Barcelos num sistema moderno, eficiente, sustentável e atrativo, porque a liberdade começa também na forma como nos movemos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.-----

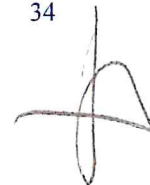
DEPUTADO DO TB – José Rosa – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes.-----

-----Este contrato é positivo porque reforça a coordenação intermunicipal numa área crítica como a mobilidade: ao delegarmos competências estamos a planear numa escala regional de forma mais eficaz, como aliás prevê o regime legal do serviço público de transportes passageiros.-----

-----Em segundo lugar, este contrato contempla previsibilidade financeira pois define compromissos plurianuais, num horizonte temporal de sete anos. Ou seja, sabemos desde já com o que contamos em termos orçamentais para cada ano até dois mil e trinta e quatro. Esta estabilidade permite um planeamento de médio prazo, algo essencial para melhorar serviços.-----

-----Teremos uma nova geração da rede de transporte público, que abrange ligações municipais, intermunicipais e inter-regionais. Espera-se um serviço mais completo e eficiente, com melhores frequências e meios mais modernos – algo alinhado com as exigências de conforto e modernização que já têm sido prioridade no Cávado.-----

-----Permitam-me uma nota final. No âmbito desta aposta intermunicipal nos transportes, não podemos esquecer o transporte ferroviário. A lei de dois mil e quinze até inclui o modo ferroviário no planeamento da mobilidade, mas a realidade é que o comboio ainda não acompanha a nossa ambição regional nesta



matéria.-----

-----Seria desejável que a CIM, em conjunto com a CP e a Infraestruturas de Portugal, trabalhasse para melhorar horários e ligações, integrando melhor o comboio com os autocarros. Diria mesmo que (passe o trocadilho) queremos que o transporte ferroviário não perca o comboio deste esforço regional.-----

-----Em suma, este contrato intermunicipal dá-nos mais cooperação, mais previsibilidade e melhor serviço público. É um bom exemplo de planeamento responsável a pensar no futuro.-----

-----Por isso, o meu voto só poderia ser favorável. E acompanhado com declaração de voto escrita.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Jorge Araújo do LIVRE.-----

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Muito obrigado, Senhor Presidente. Permita-me que em nome da sua pessoa cumprimente todos aqui presentes.-----

-----Relativamente ao assunto em discussão neste ponto sobre transporte e mobilidade, para nós é muito importante e é uma questão muito sensível, obviamente que nós estamos aqui a falar de e de assumir cargos plurianuais até dois mil e trinta e quatro, aqui a questão que se prende tem a ver com a transferência de competências.-----

-----Portanto, vou ser muito breve e só quero deixar aqui na Assembleia presente a preocupação do LIVRE na questão da garantia de um escrutínio democrático destes processos de transferências.-----

-----Também perguntar ao senhor presidente da Câmara quais é que são as garantias dadas deste modelo, que por um lado aumenta e desenvolve aqui uma interoperabilidade, mantém um foco também de Barcelos naquilo que é a mobilidade pública descentralizada nas várias freguesias, naquilo que é portanto em relação à frequência dos transportes, em relação a uma parte de integração



dos transportes públicos, que ainda há muito por fazer.-----

-----O LIVRE defende novamente transportes públicos fortes, acessíveis e sustentáveis. Daqui não posso deixar de falar da parte da descarbonização e é com bons olhos que vejo a Iniciativa Liberal em Barcelos não vai de encontro com aquilo que é a Iniciativa Liberal a nível nacional, e defende uma descarbonização, e defende que se calhar as alterações climáticas são um ponto muito importante que todos temos de nos adequar.-----

-----Obviamente que esta questão dos transportes, e eu aqui, claro, eu faço uma intervenção política, eu falo que é sempre muito importante ver as questões dos transportes e da mobilidade de uma forma integrada. E é importante perceber que ainda continuamos a ter umas vias públicas estradas em muito mau estado.-----

-----É importante perceber que ainda temos a central de camionagem que continua desligada daquilo que é a cidade. É importante perceber que ainda temos um Comboio que não serve a população e tudo isto tem que ser feito de uma forma integrada.-----

-----Portanto, é com bons olhos que vemos estas iniciativas, mas também perceba as nossas preocupações.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Senhor deputado José Padrão, Partido Social Democrata, tenha a bondade de usar da palavra.-----

-----**DEPUTADO DO PSD – José Padrão** - Senhor Presidente da Assembleia e Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Presidente de Junta, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e quem nos acompanha via web.-----

-----O ponto agora em discussão e queremos que fique claro que Barcelos não



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

36

deixa de ser a autoridade de transportes, não desaparece, não abdica, nem se evapora.-----

-----O que faz, e bem, é delegar parte das competências, ganhando escala, articulação e capacidade de resposta, porque ao contrário do que às vezes parece, os problemas da mobilidade não param na placa que diz fim de concelho.-

-----E depois há números que são teimosos. Estamos a falar de um aumento de cinco para quinze linhas urbanas. Vamos triplicar mais de quarenta e quatro por cento de quilómetros de serviço, mais setenta e cinco por cento de horários.-

-----É uma cobertura que cresce aproximando cada vez mais o transporte público das pessoas, ficaremos literalmente mais perto. Teremos plataformas que darão informação e confiança aos utentes, ou seja, mais oferta, mais proximidade, mais serviço. E tudo isto com uma lógica simples, ganhar massa crítica ao envolver vários municípios, criando um sistema mais integrado, mais eficiente e mais útil para quem realmente importa, que são os cidadãos.-----

-----Mas a verdade é que este contrato não é um fim, é um meio, um passo para aquilo que todos dizemos querer, um transporte público mais universal, mais acessível e mais transversal. No fundo, a escolha é bastante clara.-----

-----Ou ficamos agarrados a um modelo limitado, fragmentado e já conhecido, ou avançamos para uma solução mais robusta, partilhada e com ambição.-----

-----A bancada do PSD votará a favor.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Senhor Presidente da Câmara, deseja intervir? Faz favor.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA - Muito obrigado, Senhor Presidente. Em si, renovo os cumprimentos a toda a Assembleia.-----

-----Já aqui foi tudo quase dito, só duas ou três questões. O senhor deputado Padrão já aqui disse, esta delegação de competências vai permitir uma articulação e uma otimização e eficiência nos transportes públicos, que



naturalmente servirá a todos.-----

-----Eu destacava o passarmos de cinco para quinze linhas, o que vem de alguma maneira também incentivar o uso de transportes públicos, que resolve muito da questão da descarbonização que aqui os senhores deputados disseram. Se nós tivermos mais gente a deixar o carro em casa e a andar de transportes públicos, só por este efeito temos aqui um avanço de melhoria no que diz respeito à descarbonização completamente evidente.-----

-----Depois também o número de quilómetros quase que subiu cinquenta por cento, estamos a falar em quarenta e cinco por cento no número de quilómetros que estão contratados. Temos cerca de dois milhões agora e passa para quase três milhões a partir de dois mil e vinte e oito. É um sinal muito importante porque é também o anseio de chegarmos a mais pontos, a mais freguesias, com mais frequências.-----

-----Depois, outro dado que me parece relevante tem a ver com a população servida. Se nós tivermos em conta as paragens, nós neste momento, ou melhor, a partir de dois mil e vinte oito conseguiremos ter paragens a cerca de duzentos e cinquenta metros das habitações das pessoas, o que quer dizer que isto servirá sessenta e quatro por cento da população. Sessenta e quatro por cento da população terá uma paragem a duzentos e cinquenta metros, o que é entendido por estudos técnicos como a distância considerada padrão para este tipo de situações.-----

-----Relativamente a horários, vamos ter frequências que nos transportes urbanos não ultrapassam os trinta minutos. Portanto, em algumas serão quinze minutos, outras vinte minutos e no limite trinta minutos, o que é também significativo.-----

-----Relativamente à questão da bilhética unificada, naturalmente! Se há esta delegação de competências é exatamente para evitar a situação. Se quiser ir hoje



de Barcelos até Guimarães utiliza três passes: o passe de Barcelos, o passe da CIM do Cávado e o passe da CIM do Ave. É incomportável. Com esta situação, há um bilhete só, há uma unificação de passes, com vantagens para o utente, claramente.-----

-----A parceria com a CP está a ser desenhada, ainda não foi conseguida, mas estão garantidos os horários para serem compatíveis com a circulação dos comboios. O que quer dizer que há aqui todo um esforço que está alinhado com as preocupações da mobilidade. Até porque, como sabem, já está em marcha a linha de alta velocidade e também a localização da nova estação em Braga não vai ser despicienda, estamos também atentos para tentar criar condições para uma ligação rápida à estação de Braga.-----

-----Não sei se o senhor vereador Filipe Pinheiro quer acrescentar mais alguma coisa... faz favor.-----

VEREADOR DA COLIGAÇÃO – Filipe Pinheiro - Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, os meus cumprimentos, neles cumprimento todo o Executivo e a Mesa, Senhores Deputados.-----

-----Só para dar aqui uma explicação bocadinho técnica e rápida relativamente à questão da descarbonização.-----

-----Senhor deputado, só para lhe dizer o seguinte:-----

-----Foi feita uma análise relativamente à questão do CAPEX e OPEX, relativamente aos custos de aquisição e operação das viaturas elétricas. E relativamente às viaturas elétricas, o OPEX, ou os custos de operação são muito favoráveis em cidades em que nós temos bastantes engarrafamentos e bastantes coisas, em que praticamente a viatura faz poucos quilómetros. Por isso, foi decidido o motor Euro seis de combustão interna, seria o ideal, não quer dizer que os custos de operação, se forem relativamente baixos, o operador que ganhar o concurso possa utilizá-los.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

39

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor vereador.-----

-----Vamos então agora proceder à votação da proposta da Câmara Municipal relativa aos encargos plurianuais resultantes do Contrato Interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de autoridades de transportes entre CIM do Cávado e os respetivos municípios.-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está a proposta aprovada por unanimidade (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis CH, dois CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND.)-----

-----Vamos entrar no ponto sete da ordem de trabalhos: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a aprovação da minuta da escritura pública de compra e venda retificada, para aquisição do prédio urbano sito no Largo Guilherme Gomes Fernandes, números setenta e sete a cento e sete, inscrito na matriz predial da freguesia de Barcelinhos com o artigo quinhentos e setenta e seis, descrito no registo predial sob o número trezentos e sessenta e sete da referida freguesia.-----

-----Inscrições para este ponto.-----

-----Senhor presidente da Câmara, deseja intervir? Não.-----

-----Vamos passar à votação!-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

40

CH, dois CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND)-----

-----Portanto, há aqui uma proposta do ponto oito, nove e dez para serem debatidos de forma conjunta e votação em separado.-----

-----Ponto oito: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a Freguesia de Rio Covo Santa Eugénia e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário cento e trinta barra dois mil e vinte e cinco IPEDI).-----

-----Ponto nove: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a Freguesia de Cristelo e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário cento e nove barra dois mil e vinte e cinco IPEDI).-----

-----Ponto dez: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a Freguesia de Pousa e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário cento e sessenta e nove barra dois mil e vinte e quatro LEGED).-----

-----Para estes três pontos, quem deseja intervir?-----

-----Não há inscrições.-----

-----Senhor presidente da Câmara, deseja intervir? Não.-----

-----Vamos então passar à votação.-----

-----Ponto oito.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém) -----

-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis CH, dois CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

41

-----Ponto nove.-----

-----Vou colocar à votação.-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis CH, dois CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND)-----

-----Ponto dez.-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis CH, dois CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND.)-----

-----Ponto onze: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de cem metros quadrados, para posterior alienação, sita na Rua de Igreja, freguesia de Manhente.-----

-----Inscrições?-----

-----Não há inscrições.-----

-----Senhor presidente da Câmara, presumo que também não deseja intervir?-----

-----Portanto, vamos passar à votação do ponto onze.-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----



-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis CH, dois CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND)-----

-----Ponto doze: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição dos júris de recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de primeiro grau de Diretor de Departamento de Educação, Saúde e Ação Social e dos cargos de direção intermédia de terceiro grau de Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Gestão de Carreiras e Remunerações, Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Arquivo Municipal e Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Gestão e Manutenção de Equipamentos Desportivos a prover na autarquia.-----

-----Inscrições para este ponto!-----

-----Senhor deputado Luís Rosa, tenha a bondade de usar a palavra.-----

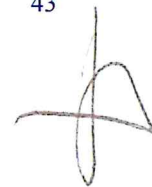
DEPUTADO DA IL – Luís Rosa - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses.-----

-----A proposta que hoje discutimos não é apenas um procedimento administrativo. É, na verdade um teste à forma como entendemos o funcionamento do poder local.-----

-----Do ponto de vista da Iniciativa Liberal, há um princípio essencial que deve orientar qualquer decisão nesta matéria: os melhores devem liderar os serviços públicos.-----

-----E isso implica três exigências claras.-----

-----Primeiro, transparência absoluta no processo de recrutamento. A submissão da composição do júri à Assembleia Municipal é um passo importante, mas não pode ser o mero formalismo. Precisamos garantir que estes júris são independentes, tecnicamente qualificados e livres de qualquer suspeita de alinhamento político.-----



-----Segundo, valorização do mérito e da competência técnica. Estamos a falar de cargos com impacto direto em áreas críticas como educação, saúde e ação social. Devem ser atribuídos a quem demonstra capacidade de gestão, visão estratégica e resultados comprovados.-----

-----Terceiro, a importância da responsabilização de quem vai ocupar estas funções. A comissão de serviço de três anos deve ser acompanhada por uma avaliação de desempenho, com critérios claros e objetivos mensuráveis. É fundamental reconhecer e incentivar os dirigentes que os cumpre; caso contrário, é necessário que exista ou não alinhamento entre o desempenho e a continuidade das funções.-----

-----Senhoras e senhores deputados,-----

-----A criação de novas unidades orgânicas pode ser positiva se significar maior eficiência. Mas também levanta uma questão essencial: estamos a simplificar a máquina administrativa ou expandi-la?-----

-----Como todos sabem, a Iniciativa Liberal defende uma administração pública e local mais ágil e menos burocrática. Por isso acompanharemos este processo com exigência: mais do que criar estruturas, é fundamental garantir que elas produzem valor para os barcelenses.-----

-----Em suma, não estamos contra a proposta, mas também não aceitamos de forma acrítica.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Senhor presidente de Câmara deseja intervir?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA - Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Em si renovo os cumprimentos a todos.-----

-----A intervenção do senhor deputado é um bocado confusa, porque, por um lado, exige rigor, transparência, mérito e competência, que é isto que está aqui a

ser discutido. Estes lugares não são inventados, existem e naturalmente que tem que ir a concurso porque a lei o obriga e cumpre-se a lei conforme ela está.-----

-----Mas vou-lhe dar a minha opinião pessoal. A minha opinião pessoal é que estes cargos de dirigentes deviam ser por nomeação mesmo. Porque faz todo sentido, e quando mudasse de executivo, escolheriam naturalmente e faziam a nomeação porque são lugares de confiança e são lugares que efetivamente ter o mérito é importantíssimo. Mas o mérito tem várias componentes e várias dimensões.-----

-----Portanto, é importante que haja também um grau de confiança importante. Isto é a minha opinião pessoal, não tem nada a ver com o que estamos aqui a discutir.-----

-----O que estamos a discutir é um júri competente, um júri isento, um júri completamente imparcial, que é externo ao município.-----

-----Estamos completamente à vontade relativamente a isso.-----

-----Era a minha opinião pessoal relativamente aos dirigentes, que vai se calhar também numa linha com o pensamento da IL.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor presidente muito obrigado.-----

-----Vamos passar então à votação do ponto doze!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém) -----

-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis CH, dois CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND)-----

-----Vamos passar ao ponto treze, que é uma proposta para agregar o treze e o catorze.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

45

-----Ponto treze: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à renovação de isenção de IMI, por mais cinco anos, à requerente Solares na Cidade – Sociedade de Investimentos e Gestão Imobiliária, Lda., para o prédio (fração A) situado na Rua D. João Garcia de Guilhade/Largo do Apoio, número vinte e dois, na freguesia de Barcelos.-----

-----Ponto catorze: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à renovação de isenção de IMI, por mais cinco anos, ao requerente André Filipe Carvalho Dias, para o prédio (fração G) situado no Campo vinte cinco de abril, número quatrocentos e cinquenta e oito, primeiro esquerdo, na freguesia de Barcelos.-----

-----Inscrições para estes dois pontos.-----

-----Senhor presidente da Câmara, deseja intervir? Não.-----

-----Vamos então passar à votação do ponto treze.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém) -----

-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis CH, dois CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND)-----

-----Ponto catorze.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém) -----

-----Está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis CH, dois CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND)-----

-----Vamos passar ao ponto quinze, que é: Apreciação da proposta da Câmara



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

46

Municipal relativa à atualização do Inventário do Património Municipal.-----

-----Há inscrições para este ponto?-----

-----Ninguém fala do património.-----

-----O senhor presidente da Câmara deseja falar? Não.-----

-----Este ponto não tem votação é só apreciação.-----

-----Ponto dezasseis: Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.-----

-----Inscrições para este ponto por favor!-----

-----Senhor deputado António Jardim do Chega, tenha bondade de usar a palavra.-----

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Bom dia, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e aqueles que nos acompanham via Web.-----

-----Senhor presidente, na sessão de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e cinco questionei o executivo sobre a poluição das linhas de água na freguesia de Adães, na Rua de Fonte do Paraíso e também na Rua da Igreja em Tamel Santa Leocádia. Em ambas as freguesias o mesmo problema e no caso de Santa Leocádia ainda era mais grave, porque segundo a população a linha de água estava a ser contaminada, o que poderia colocar em causa a saúde pública, uma vez que a mesma era utilizada para regadio. Temos conhecimento, como já foi dito, de queixas apresentadas nas autoridades e que a mesmas foram encaminhadas para o município.-----

-----À data de hoje ainda aguardo a resposta que o senhor presidente havia dito que que enviaria a essa essa comunicação ainda não foi feita e gostaria de saber qual é o ponto de situação, se o pode hoje esclarecer ou dar alguns



esclarecimentos sobre essa situação ou quando é que o poderá fazer.-----

-----Quanto ao Mercado Municipal, gostava de saber qual o ponto de situação, para quando abertura e quanto aos comerciantes, se já estão a ser contactados, como está a decorrer o processo de adesão e qual a taxa de ocupação no espaço comercial disponibilizado. E já agora, alguma novidade quanto ao funcionamento, novas atividades comerciais que possam vir a ser incluídas, e relativamente aos horários de funcionamento.-----

-----Relativamente à Polícia Municipal, que finalmente está no terreno, e que muito saudamos, até porque foi uma das nossas iniciativas também em dois mil e vinte e um. Senhor Presidente, quais vão ser as prioridades no imediato, e quanto à obra do fecho da Circular Urbana que tem provocado constrangimentos na população de Gamil, não seria adequado colocar a Polícia Municipal neste local de modo a garantir a segurança da população, porque de facto as Ruas que estão a servir de alternativa à circulação rodoviária, apresentam perigos que devem ser vigiados, não seria nada de novo. O concelho de Braga já executa este tipo de atividades e a Polícia Municipal já faz este tipo de vigilância e segurança para a população.-----

-----Quanto aos transportes, a passagem de cinco para quinze linhas já está contemplado todos os parques industriais do concelho? Porque lembro que esta questão já foi feita há relativamente algum tempo atrás e na altura disse que havia alguns parques industriais que não estariam porque teria a ver com CIM do Cávado e não diretamente com o município.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.-----

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes.-----

-----Chegou-nos a conhecimento que estará em curso a construção de um parque de estacionamento na Travessa Vinha Velha, antigo prédio da antiga tipografia do Minho, que é ali mais ou menos por trás da Biblioteca Municipal. E ainda há pouco falamos na descarbonização e esta medida, ou esta construção contraria um pouco isso, porque alegadamente será um parque para mais duzentas viaturas numa zona com acessos muito limitados que gerará impacto à circulação das viaturas é perceber e, não estou a pôr a questão do ponto de vista legal, é perceber se faz ou não sentido, se é esse o caminho que queremos seguir.-

-----Depois queria levantar aqui uma questão da gestão dos resíduos, dizer o seguinte:-----

-----Em dois mil e vinte e três Barcelos tinha, segundo os dados da Resulima, setecentos e sessenta e oito ecopontos, sendo que os contentores do lixo indiferenciado é a responsabilidade da autarquia. O que é que acontece? Facilmente vemos que muitos desses contentores transbordam e não é só em dias de feira. Portanto, acho que era necessário rever o dimensionamento e as próprias rotas de recolha em articulação com a própria Resulima e com as juntas de Freguesia.-----

-----Depois trago aqui uma outra questão que tem que ver com o orçamento participativo do qual eu não sou nenhum aficionado nem nenhum entusiasta, mas que é ali na Estrada Nacional trezentos e seis, na Rua do Real e o Adro da Igreja de Pedra Furada, que era um programa que se chamava "*Caminho Santiago, Felicidade e Segurança*". Ora, era um espaço de cem metros. Na altura, o proprietário cedia o terreno para o alargamento, que é uma zona de grande perigosidade para os caminheiros. Ora, estando prevista a requalificação da Estrada trezentos e seis, pergunto se esta parte, ou esta obra de requalificação do Caminho de Santiago está prevista ou não está prevista.-----

-----Depois, por último, mais em jeito de sugestão, sugiro ao município



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

49

preparar de alguma forma a época balnear. E de e de que maneira? Nós temos algumas zonas com elevada frequência de pessoas junto ao rio, nomeadamente em Barcelinhos e Manhente, onde temos problemas com as águas. A água do rio está melhor, mas ainda não está em condições para banhos.-----

-----Portanto, a minha sugestão era a Câmara pensar em colocar piscinas amovíveis para permitir que as pessoas usufruam da localização geográfica e não tenham problemas, nomeadamente problemas de pele ou outro tipo de doenças. E ainda e ainda acrescentar a contratação de nadadores salvadores em protocolo com os bombeiros ou com as juntas de freguesia para acautelar aquilo que aconteceu infelizmente o ano passado, a perda de uma vida.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Tem agora a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder a estas duas primeiras intervenções.-----

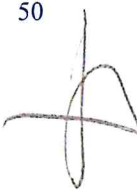
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, Senhor Presidente. Em si renovo os cumprimentos a todos.-----

-----Foram várias as questões. Relativamente à questão das linhas de água, sinceramente não lhe sei responder, não tenho essa informação, vou tomar nota e vou pedir que os serviços façam chegar essa informação.-----

-----Quanto ao mercado está na fase final, julgo que final de maio estará em condições de poder funcionar. Naturalmente que os vendedores já estão a ser contactados e já há esse relacionamento para que as coisas possam acontecer com a maior tranquilidade possível.-----

-----A prioridade da Polícia Municipal, estão plasmadas na lei, é a fiscalização, facilitação, orientação, recomendações e ter uma atitude e pedagógica junto não só dos automobilistas, mas também de todos aqueles que usam a via pública, para que haja regra, disciplina e sobretudo cidadania.-----

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia



-----O fecho da Circular está a ser concluído, gostaria que já tivesse pronto, não está, vamos ver se para as Cruzes já há alguma possibilidade de mobilidade naquela zona, assim esperemos.-----

-----Relativamente às quinze linhas, as quinze linhas são urbanas. Alguns parques industriais que estiverem fora da zona urbana, naturalmente que terão um acesso pelas outras linhas de carreira que não as linhas urbanas.-----

-----Senhor deputado José Rosa, o parque de estacionamento é para se fazer e tem tudo a ver com a descarbonização. Porquê? Porque os carros na cidade têm que ser acomodados e havendo privados que façam esses parques de estacionamento é importante. Mesmo que fossem carros elétrico se fôssemos todos aderentes aos carros elétricos, nós tínhamos que estacioná-los em algum lado, não é? O facto de ser elétrico e, que concorre para a descarbonização não elimina o estacionamento, não é? Portanto, tem que haver.-----

-----A gestão dos resíduos. Eu não percebi bem se a questão dos contentores cheios tem a ver com o indiferenciado ou tem a ver com a reciclagem. Da reciclagem eu sei que há muitas queixas, do indiferenciado não temos esses registos, nem esse reporte de que haja, porque efetivamente os nossos serviços têm sido muito diligentes e muito atentos a essa realidade. Há sobretudo nos contentores de reciclados, sobretudo o papelão, os cartões, em que há efetivamente e nós temos alertado recorrentemente a Resulima para essa realidade. E no verão quer o vidro, quer os plásticos também têm sobrecarga e nós já pedimos para haver mais recolhas para evitar essas sobrecargas.-----

-----Quanto à questão do Orçamento Participativo, sinceramente também não sei, vou tentar saber e depois transmitimos essa resposta.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor presidente, muito obrigado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Luís Rosa, da Iniciativa Liberal.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

51

DEPUTADO Da IL – Luís Rosa – Boa noite, Caros Membros desta Assembleia, Senhor presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores.-----

-----Eu venho levantar aqui um conjunto de questões relativamente:-----

-----Em primeiro lugar, relativamente ao acordo judicial celebrado em vinte e quatro de abril de dois mil e um entre a Câmara Municipal de Barcelos e o Núcleo Desportivo “Os Andorinhas” e a empresa Seguí Móveis Imobiliária Lda., em que eu tenho aqui a cópia dessa decisão e, portanto, aqui está o contrato, está aqui o acordo, desculpem, o termo transação que cuja a sua excelência se não estou em erro era vereador do desporto na altura e portanto tem aqui um conjunto de questões relativamente a este processo que se arrasta há mais de vinte e quatro vinte cinco anos, e pergunto.-----

-----Qual é o ponto de situação oficial do cumprimento do acordo judicial de dois mil e um?-----

-----Onde será o terreno conforme estipulado no acordo? Que ações concretas a Câmara já realizou para garantir a construção das instalações desportivas previstas neste acordo?-----

-----E por favor não venha com a justificação que depende do novo Plano Diretor Municipal.-----

-----A inércia no incumprimento deste acordo de à mais vinte e cinco anos não é apenas uma falha administrativa, é uma ameaça concreta ao futuro deste clube.-----

-----Quanto a Arcozelo/Tamel São Veríssimo, relativamente à obra da ponte sobre a Ribeira das Pontes Arcozelo e Tamel São Veríssimo, qual é o ponto de situação sobre esta ponte? Que já não é uma ponte, ou ainda não é uma ponte, ou nem sabemos se vai ser uma ponte. Quem é responsável pelo acompanhamento técnico da obra? A rede de saneamento que está prevista no



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

52

contrato da empreitada? Qual é o prazo oficial para concluir a ponte e qual e quando será comunicada à população novo calendário?-----

-----Depois em Fragoso estive com o munícipe natural de Fragoso que falou da Ponte das Carvalhas junto da escola um dois e três de Fragoso, em que ele denunciou que há um risco claro de transição de carros, de autocarros, criando constrangimentos nesta matéria. Que diligências foram tomadas pela Câmara Municipal para avaliar e alargar esta ponte que já é uma promessa do anterior executivo e de executivos anteriores do Partido Socialista. Existe calendário concreto para a execução desta obra?-----

-----Quanto à infraestrutura pedonal? Nota-se que, embora tenha sido inaugurada há um ano, já mostra desgaste e dificilmente, não sei se sua Excelência concorda comigo, qual é as obras de recuperação, qual é o plano de manutenção desta infraestrutura? E que planos existem por parte da Câmara Municipal para manter esta infraestrutura em pé sempre que houver uma intempérie como ocorreu este ano.-----

-----E por último, inevitável, Plano Diretor Municipal. Este Plano Diretor Municipal supostamente devia ter ido a discussão pública. Deviam estar nesse momento, mas ele ainda não saiu. Qual é o ponto de situação do atual processo de revisão do Plano Diretor Municipal em termos técnicos e administrativos?-----

-----Quais as razões concretas que justificam o incumprimento reiterado dos prazos anteriormente assumidos pelo município?-----

-----E por último, existe uma nova previsão calendarizada para a conclusão do processo e a abertura da discussão pública? Se sim, quando? Muito obrigado, senhor Presidente e caros Vereadores.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado independente António Reis.-----

DEPUTADO IND – António Reis – Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Fernando



Pereira, na sua pessoa cumprimento a mesa, Senhor Presidente de Câmara, Professor Mário Constantino, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, União de Freguesia, população aqui presente e que nos vê e ouve através da internet, muito bom dia.-----

-----Gostaria de colocar ao senhor presidente de Câmara duas questões distintas, mas ambas de grande importância para o nosso concelho.-----

-----A primeira prende-se com a revisão do Plano Diretor Municipal. No âmbito da minha atividade profissional, que me leva a contactar com vários intervenientes por todo o concelho, sobretudo no setor imobiliário, tenho constatado uma preocupação crescente por parte de muitos cidadãos.-----

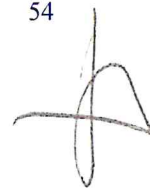
-----Muitos particulares enfrentam dificuldades na construção da sua própria habitação ou na venda dos seus terrenos. E não me refiro apenas à morosidade dos licenciamentos. Refiro-me sobretudo à incerteza provocada pelo facto do novo PDM ainda não estar aprovado.-----

-----Hoje, muitos proprietários não sabem se os seus terrenos vão manter as atuais condições ou poderão vir a sofrer alterações. Existe um receio real de redução da área de construção ou mesmo de reclassificação de terrenos urbanizáveis para rústicos.-----

-----Naturalmente esta incerteza leva muitos cidadãos a adiar decisões importantes sobre os seus projetos de vida.-----

-----O mesmo acontece com os promotores e construtores, em especial os de menor dimensão. Muitos pretendem adquirir terrenos, mas não conseguem fazer uma análise segura dos seus investimentos porque não sabem quais serão as regras futuras.-----

-----Sabemos também que existem poucos terrenos disponíveis para construção em altura e muitos agentes económicos aguardam a possibilidade de reclassificação de algumas zonas para permitir construção multifamiliar de maior



densidade.-----

-----Toda esta situação gera dificuldade no licenciamento, cria incerteza na decisão de investir e acaba por atrasar o desenvolvimento do concelho, limitando também a capacidade de aumentar o parque habitacional, algo que todos reconhecemos como necessário.-----

-----Assim, senhor presidente de Câmara, a minha questão é direta:-----

-----Qual a previsão concreta para a entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal de forma a dar previsão aos cidadãos, aos investidores e aos promotores, permitindo-lhes tomar decisões com maior segurança?-----

-----A segunda questão é simples prende-se com a nossa frente ribeirinha e com o Rio Cávado.-----

-----Todos sabemos que este ano tivemos um inverno de uma primavera com muita chuva. Isto traduziu-se no caudal elevado e num espelho de água de grande qualidade que trouxe pessoas de volta ao rio. Vimos famílias, jovens praticantes de canoagem, padel e gente a usufruir daquele espaço como há muito não se via.-

-----Ora, com a aproximação do verão, é natural que o caudal diminua. Uma das soluções para mitigar esse problema e que se tem vindo a arrastar há anos é a recuperação dos açudes.-----

-----A sua recuperação permitiria manter o nível de água, preservar esse espelho de água e garantir que a população continue a usufruir daquele espaço, não só os nossos munícipes, mas também aqueles que escolheram o nosso país para viver e trabalhar.-----

-----Estamos a falar de qualidade de vida, de valorização do território e de aproveitamento responsável de um recurso natural que temos à nossa frente.---

-----E é precisamente aqui que surge a minha questão:-----

-----Para quando está prevista sequer ou se está prevista, a reparação dos açudes na frente ribeirinha, nomeadamente em Santo António Vessadas e



Mereces.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado, terminou o seu tempo.-----

Senhor presidente da Câmara, para responder a este lote perguntas tenha a bondade de usar da palavra.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado senhor Presidente.-----

-----Vou responder a algumas, depois passo ao senhor vereador Carlos Eduardo Reis para falar relativamente ao PDM.-----

-----Quanto à questão do Andorinhas, sim senhora, eu era vereador na altura e encontrámos uma solução juntamente com o Andorinhas para valorizar o desporto e o clube. Ironicamente, vinte anos volvidos vou ser eu que vou resolver o problema. E vamos efetivamente, já com o PDM, e o senhor Vereador daqui a pouco dará notícias, encontramos uma solução que vai ao encontro do acordo assinado, foi moroso. Foi difícil, mas tivemos um interregno de doze anos de uma gestão que não soube lidar com a situação nem encontrou soluções. Nós encontrámos soluções e vai ser resolvido.-----

-----A ponte de São Veríssimo. Tivemos um inverno rigorosíssimo, o caudal da ribeira aumentou significativamente e que impediu os trabalhos de serem executados. Por isso, houve uma suspensão dos trabalhos que já retomaram esta semana em estaleiro e segunda-feira começa em obra. Como compreenderá, foram feitas diligências junto da empresa para ver se mesmo com aquele caudal seria possível efetuar as obras. Eles tentaram com várias maquinarias diferentes e não foi possível porque havia uma irregularidade no pavimento que não permitia esse uso de máquinas, pelo que vão concluir agora.-----

-----É uma preocupação de há anos para aquela região. Como sabem, a ponte de São Veríssimo era um desígnio de décadas para as juntas de Arcozelo e São



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

56

Veríssimo, e que nós finalmente fizemos o projeto, pusemos em concurso e tivemos durante a execução problemas que todas as obras infelizmente têm, nesse sentido o atraso, mas vai ficar uma obra que vai servir e ser importante para todos os barcelenses.-----

-----Relativamente à ponte das Carvalhas, em Fragoso, não sei. vou ver o que é que se passa e depois direi.-----

-----Quanto às frentes ribeirinhas, senhor deputado António Reis, os açudes e a jurisdição hídrica dos rios compete à APA, e a APA não é muito favorável a que haja açudes, ou recuperação de açudes para a retenção de águas.-----

-----Nós estamos no MasterPlan com a concretização dos projetos que estão agora em fase final de aprovação por parte das diferentes entidades a conseguir dar resposta a esta questão dos açudes. Quero acreditar que os pareceres virão favoráveis. Temos prevista a recuperação de dois açudes, se os pareceres viverem favoráveis, avançaremos com a obra.-----

-----A senhora vereadora está-me a dar agora a notícia em primeira mão, já foi lá a proteção civil, não existe qualquer risco e a ponte está em perfeitas condições de funcionamento.-----

-----Vou passar ao senhor vereador Carlos Eduardo Reis.-----

VEREADOR DA COLIGAÇÃO – Carlos Eduardo Reis - Bom dia a todos. Senhores Deputados, Senhores Presidentes, quem nos acompanha.-----

-----Obrigado pelas questões, deputado Luís Rosa, deputado António Reis.-----

-----Ponto da situação de PDM. É muito difícil em dez minutos em face de toda a vossa intervenção, fazer uma resenha de um trabalho que tem anos. Já fiz algumas referências em Assembleia Municipal ao estado em que encontrámos o processo e o trabalho que fomos fazendo ao longo deste tempo, mas posso-lhe dizer que nós, se não estivéssemos na posição que a seguir lhe direi, continuaríamos em linha com os concelhos com quem fazemos fronteira. Tirando



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

57

Braga, que é o único que tem um PDM já em, diz-se depósito, portanto, está em publicação, Esposende está em discussão pública, Ponte de Lima está em acompanhamento, ou seja, não tem discussão pública, Póvoa de Varzim também, Viana também, Famalicão vai na segunda discussão pública porque deixou passar o prazo, não o conseguiu aprovar, não o levou à Assembleia Municipal porque depois da discussão pública há um tempo de cento e oitenta dias para poder ser levada à Assembleia Municipal e depois publicado em Diário da República, e Vila Verde está precisamente nesse período, já fez a sua discussão pública.-----

-----Eu vou-me abster de falar dos constrangimentos que tivemos com o mapa para passar a responder-lhe com alguns números.-----

-----Em relação ao processo em si, que é aquilo que quer saber, este documento é dia do dez e foi-nos comunicado dia quinze o parecer final favorável sobre a proposta da segunda revisão do PDM. Portanto, ele está oficialmente aprovado pelas entidades, e segue-se agora esse trâmite da discussão pública, nós temos que reunir com a nossa equipa e escolher o tempo que vamos ter para a discussão pública, e depois toda essa calendarização. Portanto, aquilo que eu lhe posso afiançar é que durante este ano de certeza que será publicado em Diário da República.-----

-----Mas isto não é só um trabalho entre as nossas equipas e as entidades, isto é um trabalho de grande auscultação que não tinha sido feito anteriormente. E, portanto, quando ouço aqui dizer que os promotores estão muito preocupados, que não são ouvidos, que as pessoas estão numa indefinição, nós recebemos na Casa do Rio centenas de pessoas. E não falo só daquelas pessoas que fazem um requerimento, que se deslocam à Casa do Rio para marcar uma reunião formal com a equipa do planeamento, falo também daquelas que diretamente connosco, os senhores presidentes de junta são testemunhas privilegiadas disso, têm ao longo do tempo tido connosco várias reuniões nesta matéria.-----



-----Mas eu vou tomar a liberdade de utilizar o vosso guião da Iniciativa Liberal em termos de sound bites para poder responder a algumas questões que eu acho importantes, não leva a mal fazê-lo.-----

-----Por exemplo, quando a Iniciativa Liberal diz assim:-----

-----"Quando a sua revisão se arrasta indefinidamente, o resultado é um bloqueio silencioso à iniciativa privada e à criação de riqueza".-----

-----Eu concordo em teoria, mas na prática nós trabalhamos todos os dias para que o PDM não seja só essa força de bloqueio.-----

-----Vou-lhe dar uma nota, aliás, um número que eu sei que a Iniciativa Liberal é bastante sensível.-----

-----Contexto empresarial, áreas industriais.-----

-----Em dois mil e dezanove, tínhamos seis milhões e meio grosso modo, de metros quadrados instalados. E com este PDM, que é um instrumento de gestão territorial que hoje temos que utilizar, hoje temos oito milhões de metros quadrados instalados. O que quer dizer que o PDM não é uma bala de prata, é um instrumento que nós utilizamos para organizar o território e que servirá, aliás, no dia em que for aprovado estará obsoleto, está sempre em alteração, e portanto, a nossa próxima revisão começa exatamente no dia em que ele for publicado em Diário da República.-----

-----Porque não vale a pena se não tivermos dinâmica e se não incentivarmos também os privados, não é possível que o melhor PDM do mundo, o mais organizado, que ele depois tenha resultados.-----

-----E por falar em resultados, dizem vocês também:-----

-----"O município recusa adiantar qualquer calendário."-----

-----Nós recusamos sempre adiantar calendários que não dependem só de nós, que dependem também das entidades, não é? Mas já lhe dei também a notícia que o senhor deputado e muita gente queria.-----



-----"Alimentando um vazio de informação que contraria os princípios de uma administração aberta".-----

-----Isto não posso aceitar, porque não é verdade, porque toda a gente que quer reunir connosco e os senhores presidentes de junta, mais uma vez, são de facto testemunhas privilegiadas disso, sabem que nós, tanto a equipa de planeamento como eu próprio de facto recebo pessoas e faz esse acompanhamento pessoalmente. Portanto, eu não posso aceitar esse vosso argumento.-----

-----"Revela uma cultura administrativa pouco orientada para os resultados." -

-----Então vamos falar sobre resultados, porque foram os melhores de sempre na gestão urbanística em Barcelos, os melhores de sempre!-----

-----Resultados comparativos vinte quatro/vinte cinco, (já estamos a falar do último ano, de vinte quatro tinha sido um ano extraordinário, de um ano para o outro):-----

-----Seiscentos e noventa e dois processos de licenciamento urbano em vinte e quatro; em vinte cinco oitocentos e noventa e seis.-----

-----Autorizações: noventa e quatro em vinte e quatro; cento e vinte e nove em vinte cinco.-----

-----Legalização de obras: duzentos e dezoito em vinte e quatro; trezentas e vinte cinco em vinte cinco.-----

-----Certidões: duzentas e cinco em vinte e quatro; trezentas e noventa e um em vinte cinco.-----

-----Comunicações prévias: cinquenta e sete em vinte e quatro; cento e vinte oito em vinte cinco.-----

-----Operações de loteamento: setenta em vinte e quatro; oitenta e três em vinte cinco.-----

-----Pedidos de informação prévia: cento e quarenta em vinte e quatro; e cento



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

60

oitenta e dois em vinte cinco.-----

-----Isto dos aprovados, porque se nós formos para as taxas elas foram sempre a subir, não porque, como ontem disseram aqui, nós aumentamos qualquer tipo de imposto ou de taxa, mas porque temos muito mais processos.-----

-----Mas se nós formos também a outros números são muito interessantes, nós temos um aumento de alvarás emitidos de vinte um para cá.-----

-----Dois mil e vinte um, mil setecentos e cinquenta;-----

-----Dois mil vinte e dois, mil setecentos e trinta e dois;-----

-----Dois mil e vinte e três, dois mil e cinquenta e nove;-----

-----Dois mil e vinte e quatro, dois mil cento e dez;-----

-----Dois mil e vinte e cinco, dois mil quinhentos e vinte e três;-----

-----Processos novos a entrar na casa do rio do ano passado, portanto, de vinte e quatro para vinte cinco, a variação: mais de quarenta e cinco por cento.-----

-----Portanto, o PDM não nos impediu de ter o melhor ano de sempre. Eu quero clarificar em relação a esta matéria que o PDM por si só não resolve o problema das pessoas.-----

-----Nós temos o território e grande parte até dos agentes políticos não sabem disto, em relação ao quadrilátero, a maior capacidade de construção de solo urbano, sabe onde é que é, senhor deputado? Em Barcelos. Também somos um concelho muito grande. E também tem a ver com o número de população que nos censos de vinte e um perdemos e que queremos recuperar, para depois podermos também ter mais solo urbano.-----

-----Eu acho que em relação a esta matéria do PDM, embora eu entenda a apreensão muitas vezes que esta indefinição pode causar aqui alguns constrangimentos, nós não estamos, tanto em termos comparativos como em termos do trabalho que serve a população, que é aquilo que nos interessa, os resultados que vocês falaram, nós não estamos mal.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

61

-----Portanto, sobre o PDM, eu tenho, como já disse aqui também na Assembleia Municipal, todo o gosto em poder falar, não só porque entendo que temos feito um bom trabalho e temos resultados para apresentar, porque acho que é essencial, e aí posso-lhe dizer, não lhe dou um calendário mas posso-lhe dizer por onde é que vamos começar.-----

-----É essencial uma articulação com os senhores deputados, partidos políticos, com os senhores presidentes de junta, com os técnicos de Barcelos.-----

-----Provavelmente, tirando aqui a vereação, serão os primeiros a quem nós apresentaremos tanto o novo mapa como muitas das coisas que nós, por causa do tempo, ou situações não temos tempo para poder escarpelizar com calma e que merecem também a nossa reflexão e que explicam também as dificuldades que fomos tendo ao longo do tempo, e os senhores deputados sabem que a maior dificuldade que tivemos, e por isso é que eu acho que nós não atrasamos assim tanto até em termos comparativos, a maior dificuldade que tivemos foi a questão do saneamento, foi preciso ter uma estratégia, até o próprio acordo das águas permitiu que essa estratégia fosse colocada por nós no mapa, de garantir que determinada zona do concelho, sobretudo a zona norte, não perdia capacidade construtiva, que é aquela que tem de facto menos rede de saneamento instalada. E nós não podíamos olhar para o mapa e resignar-nos em relação a um concelho que ia ficar absolutamente desigual, não é?-----

-----Há um trabalho que foi um trabalho apurado e que merece ser escarpelizado, até para fazermos um reconhecimento à equipa de funcionários do município e técnicos do município que trabalha connosco e que teve aqui um papel muito importante.-----

-----Uma pequena nota, porque ainda tenho tempo, eu acho que é importante a Iniciativa Liberal preocupa-se com estes temas. Em relação ao cadastro, eu não tenho aqui os números, tenho lá em cima, mas em relação ao cadastro territorial,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

62

que é muito importante, o chamado BUPI, nós somos o concelho da CIM do Cávado que está mais adiantado. É um trabalho que está incompleto, também temos tempo até ao final de dois mil e vinte sete, portanto, não termina agora esse prazo, mas está a ser feito um bom trabalho, claro que esse trabalho não depende só de nós, nós precisamos do privado para poder fazer esse reconhecimento e essa atividade cadastral, mas está a correr bem e é também um instrumento muito importante para a organização do nosso território.-----

-----Em relação às zonas industriais, há pouco esqueci-me de dizer que há uma grande aposta, mas depois vamos ter tempo para isso, neste novo Plano Diretor Municipal em alargar as zonas de atividades económicas e podê-las concentrar em determinadas zonas do concelho, organizá-las melhor, sendo que partimos do mapa que temos e do concelho que temos e das circunstâncias territoriais que temos.-----

-----Como eu ainda tenho um minuto, eu não vim a essa Assembleia Municipal, mas vou aproveitar o tempo que ainda tenho para falar de uma situação, que eu não estava aqui, mas ouvi posteriormente, em relação aos reconhecimentos de interesse público municipal que foram abordados a quando de um último RIP que trouxemos a esta Câmara e a esta Assembleia.-----

-----Eu quero-vos dizer que vamos trazer mais e que nós temos muito interesse municipal em promotores, empresários, pessoas dinâmicas que queiram investir. Não foi só naquela pessoa em particular ou naquela empresa em particular. Nós vamos continuar a trazer processos de reconhecimento de interesse municipal.--

-----E o PS houve uma altura em que também tinha interesse municipal nestes investimentos, porque o comparativo de quinze para vinte e um do PS em termos de propostas é quarenta e sete e nós até fomos parcos, de vinte e um a vinte e cinco, só tivemos doze. Depois basta consultar o tipo de reconhecimento de interesse municipal em relação ao processo, à matéria do processo, ao objeto,



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

63

para perceber quais são aqueles aos quais nós damos prioridade e aqueles que os anteriores executivos municipais davam prioridade. É uma matéria que tenho todo gosto em voltar a visitar.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor vereador.-----

-----Vamos então agora à última intervenção neste período, senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE.-----

DEPUTADO DO Livre – Jorge Araújo – Muito obrigado, senhor presidente. Permita-me que em seu nome cumprimento todos aqui presentes.-----

-----Vou ser muito breve que a hora da manhã já é um bocadinho avançada e a voz não ajuda.-----

-----Só duas ou três perguntas, Senhor presidente da Câmara, muito simples. Nós congratulamo-nos sempre que há investimentos na cultura, e percebemos que aqui na informação escrita há investimentos também nas atribuições às associações recreativas e culturais do município.-----

-----Só perguntaria muito rapidamente quais são os critérios, e se temos critérios objetivos na atribuição desses apoios, e se depois também existe uma avaliação pública do impacto destas atividades.-----

-----E também se há alguma forma depois de garantir essa diversidade cultural e também diversidade no acesso descentralizado, portanto, eu diria fora do centro urbano a essa cultura.-----

-----Uma questão também relativamente à saúde e a ação social, se me conseguir corresponder se temos ou existe alguma avaliação sobre o impacto dos programas de saúde mental financiados pelo município, que o Livre apoia obviamente, mas era para ter também esse esse contexto.-----

-----Depois, só para terminar, queria também agradecer os apoios que têm sido concedidos pelo município às associações de proteção animal do concelho.



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

64

Um aspeto muito importante e que muitas vezes é secundarizado, precisamente através de protocolos, quer no apoio à aquisição de viaturas é verdade. É também é importante reconhecer esse trabalho.-----

-----No entanto, sabemos que desde setembro temos algumas associações que aguardam pedidos de resposta de apoio, nomeadamente na identificação de um terreno que lhes permita desenvolver a sua atividade e concretizar apoios que já estão contratualizados e aprovados pela DGAV e que se não tiverem resposta atempadamente poderão perder esses apoios.-----

-----Portanto, gostava de saber se tem conhecimento e se podia dar uma resposta em relação a esses pedidos dessas associações, a investimentos que já têm contratualizados, mas pelos vistos estão com problemas em encontrar terrenos e é uma área que também não pode ser esquecida.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Senhor deputado, muito obrigado.-----

-----Senhor presidente da Câmara, tenha a bondade, se faz favor.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Em si renovo os cumprimentos a toda a Assembleia.-----

-----Esta última parte não percebi muito bem, é melhor concretizar quais são as associações em concreto e quais são as que não tem terrenos. Eu acho que há muitas associações do concelho que têm essa expectativa, mas nós não temos. Como sabe, os serviços municipais, estão em alguns espaços arrendados, portanto, não temos essa disponibilidade. Quando tivermos essa disponibilidade, com certeza teremos todo o gosto.-----

-----Falou na questão animal, que eu acho que é importantíssimo, e anuncio desde já que no dia vinte e cinco de abril iremos fazer a inauguração da segunda fase do Canil Municipal, que vai triplicar a capacidade de acolher animais. É um passo importante nesta luta que temos travado em parceria com todas as



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

65

associações de proteção animal que têm se disponibilizado a trabalhar connosco em prol da melhoria de também dos cuidados com os animais.-----

Relativamente à questão da cultura, claro que há critérios e há regras que estão definidas. A senhora vereadora tem esse cuidado e há o acompanhamento, estes apoios à cultura têm possibilitado que se faça a tal descentralização que fala, porque todas as juntas de freguesia, todas as associações, todas as escolas quando pretendem uma atividade cultural vem recorrer à senhora vereadora para ver se existe no protocolo com esta ou com aquele rancho folclórico ou companhia de teatro ou o que seja, se tem disponibilidade para poder satisfazer esse momento cultural que pretendem e nós próprios, exatamente, no plano de atividades da cultura descentralizamos. Aliás, como foi exemplo, no Natal, várias freguesias que foram contempladas com concertos e na Páscoa a mesma coisa e no verão acontecerá da mesma forma.-----

-----Relativamente à questão da saúde mental, com certeza que os serviços acompanham e o impacto tem sido muito positivo, até porque somos ou constituímos a maior rede de parcerias com instituições no que diz respeito aos cuidados, à prevenção, ao tratamento e acompanhamento da saúde mental. Portanto, é uma situação que está salvaguardada completamente.-----

-----Eu, entretanto, estive em contacto por mensagem com o senhor presidente da Junta de Adães e ele dá-me nota, senhor deputado Luís Rosa, que desconhece qualquer situação dessas em Adães. Depois, se quiser concretizar melhor qual é o espaço o senhor presidente gostaria de ver, porque ele é um homem atento, está na freguesia todos os dias, desconhece, e queria saber em concreto qual era a situação.-----

-----Para terminar, uma vez que tenho algum tempo, tenho muita pena que o senhor deputado Nelson Brito aqui não esteja, porque eu tive o cuidado de ir revisitar a intervenção dele, o benefício de termos Assembleias em direto depois



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

66

permitem-nos isto, ele tentou andar ali no limite da verdade, mas utilizou uma habilidade que não lhe fica bem. Ele diz, e é exatamente o que ele transmitiu: *“Os impostos diretos cobrados aos barcelenses aumentaram quase seis milhões no ano de vinte e cinco em relação a vinte e dois, aumentaram trinta por cento. (...) A participação variável do IRS aumentou mais de dez por cento face a dois mil e vinte e quatro. (...) O primeiro grande destaque que tem aqui que ser feito é que há um enorme aumento de impostos”* e depois corrigiu *“Ou melhor, não das taxas de impostos, mas da cobrança e da arrecadação fiscal”*.-----

-----Ora bem, aqui esta habilidade quer induzir que houve um aumento... Aliás, Drácula fiscal municipal, mas mesmo nessa vertente de Drácula, o Drácula do Partido Socialista tinha os dentes mais afiados, porque nós baixamos as taxas, se houvesse a dinâmica económica, o desenvolvimento económico que este Governo e este executivo tem proporcionado, naturalmente que a arrecadação de impostos, com os dentes afiados do Drácula do Partido Socialista, eram muito maiores.-----

-----O que está aqui em causa é lealdade.-----

-----O que está aqui em causa é integridade.-----

-----O que está aqui em causa é verdade.-----

-----E quando se fala a verdade, diz-se: "Houve uma maior arrecadação de impostos em virtude do maior desenvolvimento económico, em virtude de uma melhor condição económica e em virtude de haver mais investimento em Barcelos".-----

-----Isto é sério. Isto é sério.-----

-----Não é esta habilidade de utilizar as palavras para dizer um enorme aumento de imposto, porque uma comunicação não é só a palavra, é o que se pretende induzir com o que se diz. E o que se pretendeu induzir foi que este executivo criou um aumento exagerado de impostos, o que não é verdade e as



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

67

pessoas, felizmente, sabem-no e reconhecem-no.-----

-----Desejo um bom fim de semana a todos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor presidente da Câmara.---

-----Portanto está terminado este ponto, este ponto é um ponto importante.

Quem conhece o Presidente da Assembleia sabe que ao longo dos anos tem defendido que este é o ponto principal da fiscalização e acompanhamento da atividade municipal.-----

-----É aqui que os senhores deputados podem interpelar a Câmara, fazer as suas dúvidas, obter esclarecimentos e, por assim dizer, exercer isso mesmo: a fiscalização do executivo municipal.-----

-----Hoje tivemos aqui um debate interessante, com muitas questões, e espero que tenham ficado respondidas fico bastante satisfeito com isso.-----

-----Queria, para dar execução imediata às deliberações tomadas, propor a aprovação da ata em minuta.-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está aprovada a ata em minuta por unanimidade (quarenta e oito PSD, vinte e nove PS, seis CH, dois CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND)-----

-----Queria também informar que a Sessão Solene do vinte e cinco de abril é às dezoito horas, pedia, na medida do possível, para estarem por volta das dezassete e trinta para iniciarmos a sessão nesse horário.-----

-----Bom fim de semana a todos.-----

-----A sessão terminou às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e seis.-----

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Pedro André Gomes Martins, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Fernando Santos Pereira
(Fernando Santos Pereira, Dr.)

O ASSISTENTE TÉCNICO

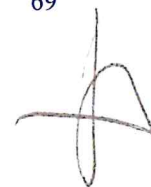
Pedro André Gomes Martins
(Pedro André Gomes Martins)

-----Apena-se a esta ata as Declarações de Voto do TB relativas aos pontos:--

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias/União de Freguesias;-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação do Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação do Município de Barcelos;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa aos encargos plurianuais resultantes do contrato Interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridades de Transportes entre a CIM do Cávado e os respetivos municípios.-----



ÍNDICE

Ata n.º 6 de 18 de abril de 2026

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
05	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias/União de Freguesias (Ponto 4)
16	Discussão e votação do Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação do Município de Barcelos (Ponto 5)
30	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa aos encargos plurianuais resultantes do contrato Interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridades de Transportes entre a CIM do Cávado e os respetivos municípios (Ponto 6)
39	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a aprovação da minuta da escritura pública de compra e venda retificada, para aquisição do prédio urbano sito no Largo Guilherme Gomes Fernandes, n.ºs 77 a 107, inscrito na matriz predial da freguesia de Barcelinhos com o artigo 576, descrito no registo predial sob o n.º 367 da referida freguesia (Ponto 7)
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Rio Covo Santa Eugénia e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 130/2025 IPEDI) (ponto 8)
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Cristelo e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 109/2025 IPEDI) (Ponto 9)
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Pousa e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 169/2024 LEGED) (Ponto 10)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de 100 m ² , para posterior alienação, sita na Rua de Igreja, freguesia de Manhente (Ponto 11)
42	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição dos júris de recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de 1º grau de Diretor de Departamento de Educação, Saúde e Ação Social e dos cargos de direção intermédia de 3º grau de Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Gestão de Carreiras e Remunerações, Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Arquivo Municipal e Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Gestão e Manutenção de Equipamentos Desportivos a prover na autarquia (Ponto 12)



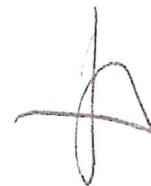
BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

70

45	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à renovação de isenção de IMI, por mais 5 anos, à requerente Solares na Cidade – Sociedade de Investimentos e Gestão Imobiliária, Lda., para o prédio (fração A) situado na Rua D. João Garcia de Guilhade/Largo do Apoio, n.º 22, na freguesia de Barcelos (Ponto 13)
45	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à renovação de isenção de IMI, por mais 5 anos, ao requerente André Filipe Carvalho Dias, para o prédio (fração G) situado no Campo 25 de Abril, n.º 458, 1º Esq., na freguesia de Barcelos (Ponto 14)
45	Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativa à atualização do Inventário do Património Municipal (Ponto 15)
46	Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município (Ponto 16)
67	Aprovação da ata em minuta

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



Assembleia Municipal de Barcelos 17 de abril de 2026

Ponto 4) Atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniãoes de Freguesias

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Tal como nas anteriores sessões da Assembleia Municipal de Barcelos em que foram apreciadas propostas de idêntica natureza, votei favoravelmente o presente ponto, por considerar que a atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniãoes de Freguesias constitui uma opção política justa, necessária e plenamente coerente com uma visão de poder local democrático assente na proximidade, na descentralização e na valorização efetiva do território e das suas comunidades.

Esta posição ganha particular significado no atual contexto histórico e político. Estamos à porta de assinalar os 52 anos do 25 de Abril de 1974, data fundadora da nossa democracia e marco incontornável da devolução do poder aos cidadãos. Foi dessa revolução que nasceu a Constituição da República Portuguesa de 1976, que consagrou o poder local autónomo como um dos pilares fundamentais do regime democrático. E foi também nesse mesmo ano que se realizaram, a 12 de dezembro de 1976, as primeiras eleições autárquicas verdadeiramente livres, completando o ciclo democrático iniciado após a Revolução dos Cravos.

Essas eleições não foram apenas um ato eleitoral. Representaram a afirmação concreta da democracia no plano local, conferindo legitimidade popular às câmaras municipais, assembleias municipais e freguesias, e reconhecendo nestas últimas o espaço privilegiado da democracia de proximidade. As freguesias passaram, desde então, a ser o primeiro nível de contacto entre o cidadão e o poder político, assumindo um papel essencial na coesão social, no conhecimento do território e na resolução de problemas concretos do quotidiano.

É neste enquadramento que a presente proposta deve ser analisada. A descentralização de competências só é verdadeiramente consequente quando acompanhada da correspondente atribuição de recursos financeiros. Transferir responsabilidades sem os meios adequados não é descentralizar; é fragilizar. Pelo contrário, reforçar financeiramente as freguesias constitui um ato de confiança política e institucional, permitindo-lhes planear, executar e responder com maior eficácia às necessidades das populações que representam.

Quero sublinhar, de forma clara e inequívoca, o papel desempenhado pelos Presidentes de Junta e pelos Presidentes das Uniãoes de Freguesia. São estes autarcas que conhecem profundamente o território, que acompanham de perto as populações e que, muitas vezes com recursos

limitados, garantem respostas rápidas e eficazes em matérias essenciais, desde a manutenção do espaço público ao apoio social, passando pela articulação direta com associações, instituições e cidadãos. Valorizar esse trabalho implica mais do que palavras de reconhecimento; implica dotar as freguesias dos meios financeiros necessários para exercerem com dignidade e responsabilidade as funções que lhes estão confiadas.

A atribuição destas comparticipações financeiras contribui também para uma governação local mais equilibrada, mais próxima e mais transparente, reforçando a cooperação entre o Município e as freguesias e promovendo um desenvolvimento territorial mais justo e harmonioso. Num tempo em que se exige maior eficácia da ação pública e maior proximidade às populações, este caminho revela-se não apenas adequado, mas indispensável.

Por todas estas razões, votei favoravelmente o presente ponto, entendendo que ele respeita o espírito do 25 de Abril, honra a Constituição da República Portuguesa e dá continuidade ao percurso iniciado com as eleições autárquicas livres de 12 de dezembro de 1976. Um percurso que afirma o poder local democrático como um espaço de participação, responsabilidade e proximidade ao serviço das populações do concelho de Barcelos.

Barcelos 17 de abril de 2026

TB - Todos Barcelos



(Jose Rosa)



Assembleia Municipal de Barcelos 17 de abril de 2026

Ponto 5) Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação do Município de Barcelos

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Votei favoravelmente o presente ponto por considerar que a habitação é hoje um dos mais graves problemas sociais e económicos do país, com reflexos diretos, profundos e cada vez mais visíveis no concelho de Barcelos. Não se trata apenas de um desafio conjuntural, nem de um problema circunscrito a determinados territórios urbanos; trata-se de uma crise estrutural que afeta famílias, jovens, trabalhadores, idosos e agregados com rendimentos baixos e médios, muitos dos quais, até há poucos anos, nunca imaginariam vir a enfrentar dificuldades no acesso a uma habitação digna.

Em Portugal, assistimos a um progressivo afastamento entre os rendimentos reais das famílias e os valores praticados no mercado da habitação, quer na compra, quer no arrendamento. O que durante décadas foi um pilar de estabilidade social passou a ser um fator de incerteza, de exclusão e de adiamento de projetos de vida. Jovens que não conseguem sair de casa dos pais, casais que adiam ter filhos, famílias que vivem em situações de sobrelotação ou precariedade, e pessoas mais velhas que vivem com o permanente receio de perder a casa onde sempre viveram. Este é o retrato de um país onde o direito constitucional à habitação continua longe de ser plenamente concretizado.

O concelho de Barcelos não está imune a esta realidade. Pelo contrário, nos últimos anos tem sentido com particular intensidade os efeitos da pressão sobre o mercado de arrendamento, a falta de oferta acessível e o aumento generalizado das rendas. As dificuldades no acesso à habitação deixaram de se limitar aos agregados em situação de maior vulnerabilidade social, passando a afetar também famílias trabalhadoras, com vínculo laboral estável, mas cujos rendimentos já não acompanham os valores do mercado. Esta realidade exige uma resposta pública mais estruturada, mais consistente e mais previsível.

É neste contexto que o presente regulamento deve ser analisado. Ele não é, nem poderia ser, a solução definitiva para o problema da habitação em Barcelos. Não cria, por si só, novas casas, nem resolve de imediato a escassez de oferta existente. No entanto, constitui um instrumento indispensável para que o Município possa intervir com critérios claros, transparentes e justos, abandonando uma lógica meramente reativa ou casuística e passando a dispor de regras estáveis que orientem a atribuição, a gestão e o acompanhamento das soluções habitacionais.

Sem este enquadramento regulamentar, o Município ficaria fortemente limitado na sua capacidade de ação, nomeadamente no acesso aos programas de financiamento existentes, na execução das soluções previstas na Estratégia Local de Habitação e na criação de alternativas reais ao mercado de arrendamento livre, que hoje se encontra claramente desajustado da realidade económica das pessoas. Este regulamento permite, acima de tudo, dar previsibilidade às decisões, garantir maior justiça na atribuição dos fogos disponíveis e reforçar a confiança dos cidadãos na atuação pública nesta área sensível.

Importa sublinhar que votar favoravelmente este regulamento não significa considerar que o problema da habitação está resolvido ou sequer adequadamente dimensionado. Pelo contrário. Significa reconhecer a



dimensão e a urgência do problema e assumir que, sem instrumentos adequados, qualquer política pública nesta matéria fica condenada à improvisação ou à ineficácia. A habitação exige planeamento, continuidade e coragem política, e este regulamento é um passo necessário — ainda que insuficiente — nesse caminho.

A habitação não pode continuar a ser tratada apenas como um bem de mercado, sujeito às flutuações da procura e da rentabilidade. É um direito fundamental e uma condição básica de dignidade humana. Quando o mercado falha, como claramente falha hoje, cabe ao poder público assumir um papel ativo, regulador e protetor, garantindo que ninguém fica excluído do acesso a uma casa por não conseguir acompanhar uma escalada de preços que lhe é completamente alheia.

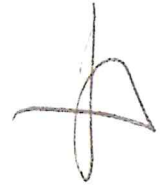
Por estas razões, votei favoravelmente o presente ponto, entendendo que ele representa uma base essencial para que o Município de Barcelos possa estruturar a sua intervenção no domínio da habitação, responder às situações de maior urgência social e iniciar um caminho mais consistente na construção de soluções habitacionais acessíveis. Este regulamento não é o ponto de chegada, mas deve ser encarado como um ponto de partida indispensável para uma política de habitação mais justa, mais humana e mais ajustada à realidade do concelho e do país.

Barcelos 17 de abril de 2026

TB - Todos Barcelos



(Jose Rosa)



Assembleia Municipal de Barcelos 17 de abril de 2026

Ponto 6) Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa aos encargos plurianuais resultantes do contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridades de Transportes entre a CIM do Cávado e os respetivos municípios

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Votei favoravelmente a presente proposta relativa à aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridades de Transportes entre a Comunidade Intermunicipal do Cávado e os respetivos municípios, bem como à submissão à Assembleia Municipal dos encargos plurianuais dela decorrentes.

Este sentido de voto assenta, desde logo, na convicção de que o transporte público coletivo constitui um pilar essencial da coesão territorial, da mobilidade sustentável e da promoção da igualdade no acesso a serviços fundamentais por parte das populações, assumindo particular relevância em territórios de forte dispersão geográfica e demográfica, como é o caso do concelho de Barcelos e do conjunto da CIM do Cávado.

A proposta em apreciação encontra-se devidamente enquadrada no Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, respeitando as competências legalmente atribuídas aos municípios e às comunidades intermunicipais, bem como os mecanismos de cooperação interadministrativa previstos na lei. Do ponto de vista formal e jurídico, o processo revela-se sustentado, claro nos seus objetivos e conforme com as exigências legais aplicáveis, designadamente no que respeita à assunção de compromissos plurianuais e à necessária intervenção da Assembleia Municipal.

Importa ainda sublinhar que a deliberação hoje tomada não consubstancia a adjudicação de qualquer contrato de exploração, mas antes a aprovação de um instrumento de enquadramento estratégico e financeiro indispensável para viabilizar, de forma atempada e responsável, o futuro contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros para o período 20282034. Trata-se, pois, de uma decisão estrutural e preliminar, sem a qual não seria possível assegurar a continuidade, a previsibilidade e a qualidade do serviço público de transportes.

Valorizo igualmente o facto de o modelo agora proposto resultar de trabalho articulado no seio da CIM do Cávado, permitindo uma abordagem integrada ao planeamento da rede, à produção quilométrica e ao financiamento do sistema de transportes, com ganhos evidentes de escala, de coerência territorial e de racionalização de recursos. Num contexto de crescente exigência

financeira para os municípios, soluções de cooperação intermunicipal revelam-se não apenas desejáveis, mas muitas vezes indispensáveis.

Reconheço que a assunção de encargos plurianuais representa sempre um compromisso relevante para o Município e para futuros executivos. No entanto, entendo que esses encargos se mostram justificados pela natureza do serviço em causa, pela previsibilidade dos valores apresentados e pela necessidade de garantir estabilidade e segurança jurídica num setor que exige planeamento de médio e longo prazo. Acresce que o escalonamento temporal dos encargos e a sua submissão ao crivo da Assembleia Municipal salvaguardam a transparência e o controlo democrático do processo.

Por todas estas razões, e por considerar que a proposta serve o interesse público municipal, reforça a capacidade de resposta do sistema de transportes e contribui para uma mobilidade mais sustentável, articulada e eficiente, votei favoravelmente.

Barcelos 17 de abril de 2026

TB - Todos Barcelos



(Jose Rosa)